

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - e-mail: povolive@psd.pt



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

DERROTA DE SÓCRATES!

E vão já três as derrotas eleitorais de Sócrates. Com a agravante de representarem 100% de todas as eleições disputadas desde que foi eleito... O que faz pensar.

Na verdade, depois da vitória nas eleições legislativas antecipadas, em que Sócrates foi levado ao colo pela comunicação social, só teve derrotas: primeiro foram as eleições autárquicas, com uma derrota monumental e a apenas escassos meses da sua eleição; depois foram as presidenciais, com novo desastre violento; agora foram as regionais da Madeira, com uma humilhação de que não há memória!

Nestas últimas eleições regionais na Madeira, a questão assume ainda contornos mais desastrosos para o Governo, pois a eleição foi emprestado um cariz referendário das posições tomadas por Sócrates em relação às finanças regionais.

Em questão estava também, além do trabalho desenvolvido pelo PSD na Madeira, a legitimação política do confronto entre o Governo de Sócrates e o Governo de Alberto João Jardim, relativa às novas regras financeiras para as Regiões Autónomas, constantes da nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

Todos estamos bem recordados que esta questão assumiu contornos partidários, sob a capa de posições de estado por parte de Sócrates. O que é bem triste!

Sócrates resolveu atacar Alberto João cortando-lhe as fontes de financiamento, julgando que assim o fragilizava impedido-o de continuar a obra que tem vindo a fazer na Madeira.

O ataque pessoal e partidário foi bem óbvio, nas declarações do Governo em Agosto passado, na redacção e aprovação da nova lei de finanças regionais no fim do ano. Tudo se tirava à Madeira e tudo se dava aos Açores. O único malandro gastador era a Madeira, nada se dizendo em relação ao próprio Estado e autarquias...

Os números eram e sempre foram outros!

O défice Português em 2005 foi de 6,1% do PIB, sendo que a Madeira só contribuiu com cerca de 0,1% para esse défice....

Penso que não ficam dúvidas sobre quem é o responsável gastador!

Mas a questão não é financeira, era e é política. E politicamente não há desculpas, nem justificações. Mais uma vez Sócrates é o grande derrotado!

A esmagadora vitória do PSD-Madeira será o “arranque para a vitória em 2009”



Destaques:

Marques Mendes no 33º aniversário do PSD

Pag. 2 e seguintes

40 a 0, é o “score” de Alberto João na Madeira

No interior

Miguel Macedo na Assembleia da República

Em “Actividades do PSD”

A grande vitória eleitoral do PSD-Madeira é considerada por Luís Marques Mendes como o “arranque para a vitória em 2009”

Marques Mendes anunciou em Aveiro, no jantar comemorativo do 33º aniversário do nosso Partido, que vai “acentuar as diferenças e propostas alternativas” ao governo neste dia em que «É minha convicção que hoje começa a arrancada para a vitória em 2009», convicção essa apoiada pelo resultado obtido na Madeira, que considerou ser uma grande derrota de José Sócrates.

Marques Mendes disse que estava «muito satisfeito pelas quase duas mil pessoas militantes e simpatizantes, que compareceram ao jantar de aniversário» em Aveiro

“Queremos ganhar em 2009, não para substituir pessoas nos cargos, mas para fazer uma política diferente. Vamos acentuar, a partir de agora, as nossas diferenças e as nossas propostas”, declarou.

Advertindo que “é preciso saber ganhar e para isso a questão não é prometer muito, mas apenas o que se pode cumprir, porque parapromessas incumpridas, já chega o exemplo do Primeiro-ministro”, Marques Mendes deixou no jantar de Aveiro o conjunto de promessas que tem a certeza de poder cumprir.

Uma delas foi a de, se o PSD vencer as eleições de 2009, colocar a economia a crescer três por cento ao ano, outra foi a de “criar um ministro das Pequenas e Médias Empresas, porque são elas são essenciais ao desenvolvimento da economia do país”.

Outra ainda foi a de descentralizar competências na Saúde, Educação, Acção Social, Ambiente e Planeamento, por contraponto ao “governo mais centralista da democracia portuguesa, que até quer tirar os presidentes de câmara da gestão das áreas metropolitanas” e em que “é preciso sempre o lápis de um ministro para ser tomada uma decisão”.

Grande parte da sua intervenção foi ocupada com críticas ao governo socialista, que classificou de “arrogante e autoritário” que acusou de estar a “matar o Estado Social”, baixando as pensões de reforma sem garantir a solidez da Segurança Social e tendo uma política para a Saúde que a torna “mais cara, distante e difícil”, sobretudo a quem vive no interior e a quem não tem dinheiro para recorrer a hospitais privados.

Anunciou que no próximo mês o PSD vai fazer uma interpelação ao Governo sobre o estado da Saúde, “para dar voz a milhões de



portugueses e por imperativo nacional”.

“Estamos a meio da legislatura e temos hoje dois países: o da propaganda e aquele onde vivem os portugueses, em que a economia não cresce e o desenvolvimento não se dá, em que aumentam as desigualdades sociais e cai o investimento, o emprego e o poder de compra”, ironizou.

Marques Mendes aproveitou o jantar de aniversário para fazer um balanço da sua liderança.

“Há dois anos, quando iniciei este caminho, prometi uma oposição firme” – disse, acrescentando que “Somos oposição ao governo, mas não a Portugal. Prometi um partido de ética e de valores e hoje os portugueses reconhecem-no no PSD. Prometi apresentar propostas de fundo alternativas e com solidez. Nunca um partido da oposição apresentou tantas”, afirmou.

A concluir, exortou os militantes presentes, que foram ao jantar de aniversário “por valores, ideias e crenças, porque hoje não há lugares para distribuir”, a redobram o entusiasmo, tendo em vista o ano eleitoral de 2009.

Abordando a vitória de Sarkozy em França, considerou que “vai ser importante para a França e para a Europa”.

“Fico muito satisfeito com a

vitória. O PSD é parceiro do partido de Sarkozy [UMP] no Partido Popular Europeu”, afirmou o líder social-democrata.

Marques Mendes referiu que tem, pessoalmente, relações cordiais e amigas com Sarkozy e que já lhe enviou um telegrama de felicitações.

Vitória de Jardim é derrota de Sócrates

Ainda sobre a Madeira, o líder do PSD considerou hoje que a vitória de Alberto João Jardim na Madeira foi “uma derrota para o Primeiro-ministro, José Sócrates, que deve tirar daí lições”.

“É importante para a coesão nacional que não haja conflitos e o Primeiro-ministro deve reflectir sobre esta derrota e não insistir em teimosias”, disse Marques Mendes, referindo-se à Lei de finanças Regionais, que considerou “injusta e de bloqueio financeiro à Madeira”.

“É uma grande vitória do povo madeirense, de PSD-M e de Alberto João Jardim, a quem apresento os meus sinceros parabéns”, acrescentou.

Defendendo a “conquista” da Vila do Conde pelo PSD,

Marques Mendes prometeu que quando o PSD voltar ao governo, haverá um Ministro das PME

No sábado passado, em Vila do Conde, o nosso Presidente afirmou que, quando o nosso Partido voltar ao governo “haverá um ministro das pequenas e médias empresas (PME)”, em nome de uma “política económica diferente”.

Marques Mendes falava num jantar comemorativo do primeiro aniversário da concelhia social-democrata vila-condense, presidida pelo advogado Pedro Brás Marques e que se congratula por ser a nossa estrutura local com o maior número de mulheres filiadas, com um total de cerca de quatro centenas.

Numa intervenção que começou às 23:45 e terminou já de madrugada, o líder do PSD investiu a maior do tempo a criticar a actual política económica. e não teve uma única palavra sobre a crise na Câmara de Lisboa, que deverá ser ultrapassada com a realização de eleições intercalares.

Os problemas que se verificam na autarquia lisboeta, não foram abordados por Marques Mendes, mas o caso de Lisboa esteve presente antes, pela voz do presidente da distrital do Porto e vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata. Agostinho Branquinho que elogiou a “coragem e a coerência” que, na sua opinião, Marques Mendes mostrou face a essa questão.

Na linha do que o secretário-geral



do partido, Miguel Macedo, afirmou dias antes, no Parlamento, Branquinho acrescentou que a atitude de Marques Mendes contrasta com a do PS, que em Oeiras assinou “um pacto diabólico e imoral” com a maioria municipal liderada por Isaltino Morais (ex-PSD), o que, segundo concluiu, é fruto de “uma completa hipocrisia política e impede a realização de eleições intercalares”.

Marques Mendes dividiu o seu discurso em dois grandes capítulos: o facto de Vila do Conde ser um concelho que o PSD nunca governou e, em especial, a situação económica portuguesa, referindo que Portugal cresce “metade da média europeia e um terço da Espanha”.

A quebra de investimento, na sua perspectiva, é um dos grandes responsáveis pelo actual estado da economia portuguesa. “Há dois anos consecutivos que [o investimento] está a cair”, afirmou Marques Mendes, adiantando que as consequências têm sido “mais desemprego e mais exclusão social”.

O seu discurso centrou-se depois num dos temas mais recentes da agenda do PSD: a emigração, uma realidade do “tempo da ditadura” que “voltou a Portugal” e tem forçado muitos trabalhadores a sair para Espanha e outros países. “Foi preciso um governo socialista chegar ao poder [para que tal acontecesse]. É nisso que dá a injustiça social”, apontou o líder do PSD.

O alvo seguinte foi a política governamental no campo da saúde, que, segundo a sua análise, “reduz tudo a somar e a subtrair”.

“Na saúde, a política do PSD há-de ser diferente [quando voltar ao poder], porque não somos um partido liberal, mas sim social-democrata”, defendeu.

Marques Mendes regressou depois aos assuntos económicos, para reclamar uma “aposta nas pequenas e

médias empresas” e prometer que, no dia em que o seu partido regressar ao governo, “haverá um ministro das PME”, algo que “nunca existiu em Portugal”.

O líder do PSD defendeu, ainda, a baixa de impostos, nomeadamente do IVA e do IRC como forma de “atrair investimento e as empresas, gerar riqueza e criar postos de trabalho”.

Tal como Agostinho Branquinho tinha defendido antes, quando discursou perante as cerca de sete centenas de pessoas que encheram o salão do Rancho do Monte, em Vila do Conde, também Marques Mendes acredita ser possível “roubar” Vila do Conde aos socialistas.

“Não me venham dizer que é difícil [conquistar a autarquia local]; mas se é difícil é connosco”, proclamou, realçando que “permanecer muitos anos no poder dá no que dá, perde-se iniciativa e energia”.

Marques Mendes deu como exemplo o caso de Vila do Conde, que “nos últimos anos tem parado e perdido influência”.

Na Ovibeja, Marques Mendes diz que a Ota não é questão partidária, mas sim nacional

O presidente do PSD respondeu hoje à acusação do ministro das Obras Públicas de que usa o PSD para a Ota como “arma de arremesso político”, dizendo que o novo aeroporto “não é uma questão partidária, nem regional”, mas sim uma matéria “nacional da maior importância”.

O ministro das Obras Públicas, Mário Lino, tinha afirmado que Luís Marques Mendes utilizava a Ota como “arma de arremesso político”.

Marques Mendes, que falava à margem de uma visita à feira de agro-

pecuária Ovibeja, em Beja, recusou a ideia de partidização da questão da construção do novo aeroporto e insistiu que o Governo deve recuar nessa opção.

“Se a obra fosse paga pelo bolso do primeiro-ministro ou pelo bolso do ministro Mário Lino, eu não tinha nada com isso. O problema é que vai ser paga por todos os portugueses e, por isso, é natural que eu exija que exista bom-senso e uma solução mais económica”, argumentou.

O líder social-democrata insistiu que “todos os portugueses já perceberam que a Ota não é solução” para a construção do novo aeroporto de Lisboa e rejeitou que a questão seja partidária.

“Esta não é uma questão partidária, nem regional. É uma questão nacional da maior importância”, frisou, assegurando que, caso o Governo decida avançar com o novo aeroporto na Ota, “fica sozinho” nessa opção e, “aos olhos dos portugueses, vai pagar um preço”.

“Alguém de bom senso percebe que se construa um aeroporto que, daqui a 20 anos, está esgotado e não pode ser ampliado? Nem um engenheiro inscrito na ordem dos engenheiros consegue explicar isto”, ironizou.

Reafirmando que o problema da Ota é constituir “uma solução cara demais”, Marques Mendes contrapôs que existem “soluções muito mais baratas” e que o país, que “não é rico”, não se pode “dar ao luxo de desperdiçar recursos”.

“Só o Governo é que teima num capricho. O governo e, em particular, o primeiro-ministro [José Sócrates], que é o responsável e tem de se deixar de caprichos, teimosias e arrogâncias e mandar fazer estudos alternativos para que se construa um aeroporto que seja a solução mais económica”,

insistiu.

Garantindo que ainda espera que o Executivo de Sócrates “recue” nesta questão e opte pela alternativa “mais barata e económica”, o líder do PSD referiu que, nesse caso, será “o primeiro a cumprimentar o Governo por essa mudança”.

Na sua visita ao certame agro-pecuário alentejano, o presidente social-democrata aludiu ainda ao Alqueva e ao futuro aeroporto civil de Beja como projectos importantes para a região, não esquecendo também a construção do Itinerário Principal 8 (IP-8), que classificou como uma via “indispensável” para o desenvolvimento regional.

Mas, para Marques Mendes, independentemente desses projectos, “se não houver uma outra atitude de apoio à agricultura e aos agricultores, se Governo e agricultores estiverem de costas voltadas, todos perdem”.

“Por isso, acabem com os ‘braços de ferro’ e com o clima de crispação. Acho que há muitas e legítimas razões de queixa dos agricultores e eles próprios estão disponíveis para reencontrar outros caminhos e soluções”, defendeu.

Os “braços de ferro” entre o Governo e os agricultores só criam “prejuízo para o país”, sustentou Marques Mendes, deixando um apelo “sério e construtivo” ao Governo para que “dê aos agricultores” a “atenção que merecem” e “restabeleça o diálogo” com as associações representativas do sector.

“O Governo tem sido arrogante e prepotente e tem manifestado um grande desprezo pelos agricultores, mas é tempo de perceber que as pessoas têm de se dar as mãos”, sublinhou, acentuando que o Alentejo tem “grandes potencialidades” em termos de agricultura, que pode ser “um sector do futuro”, ao invés do “parente pobre da economia”.

Declaração Política sobre a Câmara Municipal de Lisboa

No dia 2, conforme tinha anunciado, Marques Mendes porferiu a seguinte declaração política sobre as condições na CML:

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa informou-me que foi notificado para prestar declarações, como arguido, no âmbito do chamado processo Bragaparques.

Esta situação não implica qualquer juízo de culpa e muito menos qualquer condenação. Mas levanta problemas políticos.

Tenho afirmado que um Partido toma decisões políticas, não toma decisões com base em processos judiciais. O facto de um responsável político ser arguido num processo ou alvo de uma investigação judicial não tem de conduzir necessariamente e muito menos automaticamente à sua exclusão ou suspensão do exercício de cargos políticos. Se assim fosse a





política confundia-se com a Justiça. Ora, nem a política pode interferir na justiça, nem a justiça pode interferir na política.

Mas também tenho considerado que o facto de um responsável político ser alvo de uma investigação, sobretudo em certo tipo de processos judiciais, não é irrelevante para o cabal exercício de cargos públicos. Não se trata de fazer juízos condenatórios. Trata-se de perceber que em certo tipo de situações um responsável político sujeito a uma investigação judicial pode ficar diminuído na sua autoridade e nas condições para o exercício do cargo. Nessas situações, nada fazer é comprometer a imagem da política e das instituições que nos cabe representar.

Cada caso é, pois, um caso e como tal deve ser politicamente avaliado. Só que esta avaliação deve ser exigente. Mais exigente do que tem sido hábito em Portugal. A credibilidade política não é para enfeitar os discursos, é para ser praticada. Infelizmente são muitos os que falam de credibilidade e menos os que a praticam. Por isso, as pessoas queixam-se e afastam-se da política.

No caso concreto da Câmara de Lisboa a situação já é difícil.

Ausência de maioria para governar, Vice-Presidente da Câmara e mais uma Vereadora com mandatos suspensos e alvo de investigações judiciais, uma difícil situação financeira e um ambiente de crispação e irresponsabilidade política por parte dos Partidos da oposição.

Neste quadro, a circunstância de o Presidente da Câmara ser constituído arguido no âmbito daquele processo judicial faz toda a diferença e torna a situação muito mais difícil.

Não se trata de fazer qualquer

juízo de culpa. Considero o Professor Carmona Rodrigues, além do mais, uma pessoa séria.

Trata-se, sim, de uma avaliação política feita com objectividade, seriedade e rigor.

Nestes momentos, é sempre grande a tentação de fazer cálculos partidários, de encontrar explicações para que tudo continue na mesma, até de nos agarrarmos aos lugares.

Não é essa a atitude correcta.

Disse muitas vezes antes das eleições autárquicas que não queríamos ganhar a qualquer preço. Disse e demonstrei. Também agora devemos ser coerentes.

Neste momento, considero que não há condições políticas para gerir a Câmara com eficácia, a bem de Lisboa e dos Lisboetas. Quando assim é, o melhor em democracia é devolver a palavra ao Povo. Promover a realização de eleições para a Câmara de Lisboa.

Sei que, legalmente, havia outras soluções possíveis, mas seriam soluções forçadas, destinadas apenas a manter esta situação a qualquer preço.

Não é esse o meu caminho.

Nada disto retira mérito ao Presidente da Câmara e aos Vereadores eleitos pelo PSD. Um e outros têm dado o seu melhor. O Partido está-lhes grato.

Mas objectivamente o interesse da cidade de Lisboa e dos Lisboetas exige uma clarificação política que só as eleições podem gerar.

É esta a posição do PSD. Foi isto mesmo que transmiti pessoalmente ao Presidente da Câmara – que comigo coincidiu na orientação definida – e a todos os Vereadores, a quem solicitei que renunciem aos seus mandatos para promover a realização de eleições.

Lisboa e os Lisboetas merecem o melhor de todos nós. O PSD empenhar-se-á com toda a força num futuro cada vez melhor para a cidade de Lisboa.

O regresso de Paulo Portas ao PSD “...não é uma ameaça” “Alberto João fez bem em se demitir!”

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, recusou a ideia de que o regresso de Paulo Portas à liderança do CDS-PP constitua uma “ameaça” para os sociais-democratas, assegurando que não irá “alterar minimamente” a estratégia que definiu para o partido.

Questionado (na entrevista que deu à RTP 1, a Judite de Sousa, na “Grande Entrevista”) sobre se vê o regresso de Paulo Portas como uma “ameaça”, Marques Mendes rejeitou essa ideia.

“Não. Até já felicitei o Dr. Paulo Portas”, disse, garantindo que o PSD tem a sua preocupação “concentrada” nos “adversários” do partido, “o PS e o Governo”.

Marques Mendes assegurou ainda que com o regresso de Paulo Portas “não irá alterar minimamente a linha estratégica” que definiu para o partido.

“Estou mesmo preocupado é com o país que não sai da cepa torta”, acrescentou.

Ainda na mesma entrevista,

O líder do PSD considerou ainda que Alberto João Jardim teve “toda a razão” em provocar eleições antecipadas na Madeira, mas escusou-se a fazer comentários ao “estilo” que o presidente do Governo Regional tem adoptado na campanha.

“As eleições foram necessárias. O Dr. Alberto João Jardim teve toda a

razão para provocar as eleições antecipadas”, afirmou o líder social-democrata, a Judite de Sousa.

“Foi feito um ataque à Madeira nunca visto”, acrescentou, numa referência à aprovação da nova Lei das Finanças Regionais.

Desejando a Alberto João Jardim “uma grande vitória” nas eleições antecipadas de domingo, Marques Mendes escusou-se contudo a comentar o “estilo” do líder do PSD/Madeira ou a forma como tem feito campanha eleitoral, com inaugurações diárias.

“Não vou, a 24 horas do fim da campanha, pronunciar-me sobre uma campanha que não conheço em pormenor”, disse apenas.

Ainda o último debate no Parlamento, com o Primeiro-ministro

As questões que Marques Mendes levantou no debate de 27 de Abril, sob a forma de perguntas e replicas a José Sócrates, têm o seu lugar no Povo Livre, como registo das actividades do nosso Partido e seus dirigentes, pelo que aqui as deixamos, apesar do atraso dos serviços, na obtenção dos respectivos textos

1ª intervenção: Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, consideramos que o tema escolhido para este debate e os anúncios agora feitos são positivos. Tudo o que signifique simplificar na Administração Pública, na gestão do território, combater a burocracia parece-nos sempre sinais e atitudes positivas.

Vale a pena recordar que, ainda recentemente, um relatório do Banco Mundial nos colocava, neste domínio, praticamente na cauda da Europa: o 24.º país de entre os 27 da União Europeia. Isto é um cal-vário para os cidadãos e compromete as nossas competitividade e imagem no exterior.

Por isso, o importante é que estes anúncios passem à prática e, se assim for, terão o nosso total acordo.

De resto, a este respeito gostaria mesmo de acrescentar algo mais.

Primeiro: princípio da descentralização. A ideia de passar para as câmaras municipais a competência em matéria de planos de pormenor e de planos de urbanização, desde que conformes com o plano director municipal, será, a concretizar-se, um avanço muito positivo.

Segundo: agilização. Hoje, a aprovação ou revisão de um plano director municipal demora cerca de seis ou sete anos — é um calvário! — e um plano de pormenor demora três a quatro anos, ou seja, é qualquer coisa de insuportável!!

A questão é a de que não chega, por exemplo, apontar prazos mais curtos, sabendo-se que, depois, no dia-a-dia, muitas vezes não se



cumprem os prazos e este tipo de procedimentos arrasta aquilo que até pode ser uma boa intenção.

Quero sublinhar que, neste domínio, é importante agilizar para ter maior rapidez, maior transparência e, sobretudo, também para cortar o que é hoje um ambiente muito propício ao fomento da corrupção.

Terceiro: simplificação também no domínio do licenciamento de obras particulares. Nada tenho a objectar ao que propôs, mas gostaria de ir mais longe, Sr. Primeiro-Ministro.

É um calvário para muitos cidadãos o que custa uma licença para a construção de uma habitação. Há imensos pareceres exteriores aos municípios que levam uma eternidade a ser obtidos. Penso que se podia ir mais longe.

Por exemplo, criar uma entidade única, responsável pela obtenção dos vários pareceres dos diversos serviços que são indispensáveis ao licenciamento. Seria um contributo positivo, para além da diminuição de prazos para que o licenciamento fosse mais fácil.

Por último, Sr. Primeiro-Ministro, há um ponto que não referiu na sua intervenção: o da gestão do litoral, que também tem a ver com o ordenamento do território e um património riquíssimo.

Pois bem, já o tenho dito, e queria reafirmá-lo aqui: há diversas entidades de vários ministérios que superintendem na gestão do litoral. E quando todos mandam, ninguém manda..., quando há algum problema, «a culpa morre sempre solteira»!

Julgo, pois, que era positivo dar-se um salto ousado, no sentido de criar uma entidade única, uma agência para o litoral, tendo aí uma intervenção eficaz, o que seria



também um contributo importante para a defesa de um património valiosíssimo.

Numa palavra, estes são contributos que queria acrescentar às propostas que apresentou, no sentido de uma política de ocupação do território mais transparente, mais ágil, mais eficaz e que ajude, também, a afastar os focos, as especulações e as suspeitas de corrupção neste domínio.

Segundo ponto, Sr. Primeiro-Ministro: tudo isto é importante, desde logo, para o investimento. E, em matéria de investimento, gostaria de trazer um tema já aqui tratado, mas que volta a ser importante referir: a questão do novo aeroporto de Lisboa.

meses houve tanto debate sobre esta matéria — ainda bem! — e há duas conclusões a tirar: a primeira é a de que está visto que a solução do aeroporto da Ota não é solução! É uma solução cara demais, é demorada, tem um prazo de vida curto, não tem capacidade de expansão e não é uma solução de futuro. A segunda grande conclusão é a de que há alternativas melhores, mais baratas, menos demoradas, mais seguras, com possibilidade de expansão e melhores para o ordenamento do território.

O que é que o Governo tem dito perante estas evidências? O Governo tem dito apenas uma coisa: que não há estudos sobre outros locais. Gostava de lhe dizer que considero

esse um argumento infantil, para não dizer que é um argumento de má-fé. Se não há estudos para outros locais é porque o Governo teima em não mandar fazê-los!

Ora, isto não significa decidir bem, isto não é decidir com verdade e com rigor!

Isto não significa decidir com verdade e com rigor; isto é teimar num capricho à custa do dinheiro dos portugueses!

Também e sempre a questão da saúde...

Julgo que há dois caminhos possíveis: um, é o Sr. Primeiro-Ministro mudar e mandar fazer os estudos — penso que é uma atitude de inteligência e de responsabilidade; o outro, é manter, insistir, teimar, é a teoria do «quero, posso e mando». Ora, penso que os portugueses percebem o que é confundir maioria absoluta, que é legítima, com poder absoluto, que é ilegítimo e inaceitável!

Uma outra questão que preocupa muito os portugueses é a saúde, e eu gostava de lha colocar aqui. Nos últimos tempos, temos assistido a maternidades que fecharam e a maternidades que se mantiverem abertas sem verem reforçado o seu pessoal médico; o número de partos em ambulâncias aumenta — não é um bom exemplo! — os Serviços de Atendimento Permanente encerram sem critério e sem lógica; os serviços de urgência — como ainda no último fim-de-semana pude confirmar em Estarreja — fecham sem qualquer lógica.

E temos assistido mesmo a um debandada de médicos dos hospitais públicos para os hospitais privados, o que cria problemas graves.



Sr. Primeiro-Ministro, a este respeito quero dizer-lhe que o País já percebeu que em matéria de saúde o senhor está muito à minha direita, à minha e à do PSD. O senhor reduz tudo a uma lógica matemática e estatística; é tudo somar e subtrair.

Ora, em matéria de saúde, é preciso ter também em atenção os critérios regionais, sociais, de sensibilidade humana e social. Considero isso fundamental.

Gostaria ainda de dispor de mais 30 segundos para colocar uma última questão.

Vou já terminar, Sr. Presidente.

Relativamente ao referendo europeu, a posição do Sr. Primeiro-Ministro sobre esta matéria tem sido ambígua: ora diz que sim, ora diz que talvez não. Quero deixar-lhe aqui, de uma forma clara, a posição do meu partido. Quando houver tratado europeu, chame-se constitucional, ou não, tenha o conteúdo que tiver, mais ou menos ambicioso, a nossa posição é esta: ele deve ser ratificado por via de um referendo e não por via parlamentar.

Em primeiro lugar, porque é preciso um debate europeu e uma legitimação da opção europeia de Portugal. Nessa altura, lá estarei a dizer «sim» à Europa e ao reforço do projecto europeu.

Em segundo lugar, porque há compromissos políticos eleitorais irrenunciáveis, pois todos os partidos nesta Câmara prometeram o referendo nas eleições de 2002 e de 2005. O senhor apontou mesmo uma data em concreto quando tomou posse — e o PSD concordou. Chegou-se mesmo a fazer uma revisão constitucional extraordinária. Perante tudo isto, fugir agora, na hora da verdade, ao referendo europeu seria um escândalo e uma vergonha que afecta a credibilidade da política e Os políticos têm de se habituar a não prometer cumprir compromissos que assumem com os portu-gueses em momentos eleitorais e a «mandá-los às urtigas» na hora da verdade!!

2ª intervenção: Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começo pela questão do referendo europeu. Uma vez mais, a sua posição foi ambígua.

Estamos todos de acordo quanto a um consenso na Europa relativamente ao futuro tratado europeu. Quanto a isso não há dúvidas. O que eu disse aqui, e gostava de o ouvir falar com a mesma clareza, foi o seguinte: é que, tenha o futuro tratado europeu o conteúdo que tiver, a sua ratificação deve ser feita através de referendo. Esta é uma posição de clareza meridiana e era esta clareza que eu gostava que o senhor também tivesse. O conteúdo é uma questão; a forma de ratificação é outra!!

Quanto ao conteúdo — europeístas que somos —, lutaremos para haver um consenso dentro da União Europeia, mas, seja o consenso



que for, não tenho uma dúvida em que tem de ser dada voz aos portugueses em referendo. Por isso, aqui fica a minha posição, sem ambiguidades e com muita clareza!

Sr. Primeiro-Ministro, quanto à saúde, o problema não passa por todos queremos melhores e mais eficientes serviços. E não se trata de estar a aproveitar descontentamentos locais. Não, Sr. Primeiro-Ministro!!

Na verdade, há aqui uma questão essencial. O descontentamento local, que em muitos casos é perfeitamente legítimo, tem a ver com pessoas; o abandono do interior, por exemplo, traduz a insensibilidade total que o senhor tem em relação a uma parte importante do nosso território; a circunstância de, nas zonas de fronteira, em Valença e noutras, os portugueses já se deslocarem a Espanha para receber tratamentos de saúde devia preocupá-lo, Sr. Primeiro-Ministro!! Portugal não é apenas um «sítio», Portugal é uma nação e um responsável tem de cuidar disso mesmo!

Em terceiro lugar, uma rede de cuidados de saúde não é a mesma coisa que uma rede de serviços de cultura ou de lazer — ambas são necessárias, mas há uma diferença essencial entre as duas: a diferença que faz salvar uma vida!!

Ora, em muitas situações, o que o Governo está a fazer é a ligar apenas a critérios matemáticos e estatísticos. Mas esses são só números. Eles são importantes, a racionalização é

importante, mas, em matéria de saúde, há outros critérios sociais que o senhor não tem tido em atenção e que devia ter. Esta é uma diferença essencial entre nós. O senhor pode chamar-lhe demagogia, mas eu digo-lhe que isto é ter sensibilidade humana, sensibilidade social e sensibilidade regional — só não é vê quem não quer ver!

Ainda e sempre a Ota...

Concluo referindo-me à Ota, que, para mim, é um assunto espantoso. É mesmo o caso em que o senhor dá a maior prova de autismo, a maior prova de que só não vê porque não quer ver., é teimosia, é capricho! É o dizer: «Eu tenho o poder, é mesmo assim, ainda que todos pensem o contrário!»

O Sr. Primeiro-Ministro, não há hoje especialista e técnico em Portugal que não diga que a Ota é uma má solução. Só mesmo os técnicos pagos pelo Governo é que defendem a Ota e mesmo esses não dizem que é uma grande solução, o que dizem é que não há tempo para estudar outra e que não há outros estudos.

Ora, isto é muito pouco para um investimento desta envergadura.

Esta é que é a verdade!

Não há aqui, ao contrário do que o senhor disse, um qualquer mistério. Aliás, o único mistério que pode haver é o de perceber por que é que, perante estas evidências, o Governo não manda fazer estudos de outras

soluções alternativas para, depois, ponderar. É tão simples quanto isto! Por que é que está «agarrado» à Ota? Por que é que teima neste capricho? Ó Sr. Primeiro-Ministro, verdadeiramente, o que é lamentável e deplorável é este autismo e esta confusão do Governo.

Os portugueses já perceberam que, de um lado, está o Governo, insensível, arrogante, teimoso e prepotente neste domínio; do outro lado, estão os técnicos, os especialistas e a generalidade dos portugueses, que pensam que deve ser encontrada a solução mais barata e que a Ota é cara demais, que pensam que deve ser encontrada a solução mais segura e que a Ota não é a mais segura, que pensam que deve ser encontrada a melhor solução para o ordenamento do território e que a Ota não é essa solução e que querem uma solução de futuro, sabendo que a Ota é uma solução do passado!

Sr. Primeiro-Ministro, faça-lhe aqui um apelo: recue, mude de ideias, mande fazer os estudos!! Não tenha medo! Não teime no seu capricho e na sua teimosia! Se fizer um recuo, digo-lhe sinceramente que pratica um acto de inteligência e de responsabilidade, a bem do interesse nacional. Não tenha receio a este respeito e perceba que esta não é uma obra particular sua nem do seu Ministro; é, sim, uma obra pública, integralmente paga com o dinheiro dos portugueses, que, por isso, têm de ser mais respeitados!! — Gab.Imp. AR

Intervenção de Miguel Macedo na Assembleia da República

No dia 3, o Secretário-geral do PSD, falando na Assembleia da República, referiu a posição do PSD no caso de Lisboa, dizendo:

O Presidente do PSD expressou ontem, de forma clara, a posição que entendemos assumir para resolver a situação política que se vive na Câmara Municipal de Lisboa.

O que havia a dizer sobre esta matéria ficou dito. Com responsabilidade, com clareza e com coragem política, colocando o interesse dos cidadãos à frente de meros calculismos partidários, o PSD reafirmou que percorre, inabalável, um caminho de coerência que faz da credibilidade da vida política um eixo fundamental da sua acção.

Clareza política e coragem política, justamente os atributos ausentes nos partidos da oposição na Câmara de Lisboa.

Uma oposição que privilegiou a gritaria ao debate sereno dos problemas que afectam os cidadãos. Uma oposição que foi um deserto de ideias e de propostas. Uma oposição que se barricou na obstrução política, indiferente aos problemas dos cidadãos.

Uma oposição que foi obstrução. Nem fez nem deixou fazer.

O que se passou com a obra do túnel do Marquês é bem o exemplo do que afirmo. A irresponsabilidade e insensatez do vereador do Bloco de Esquerda fez com que a obra se arrastasse por mais um ano e custasse alguns milhões de euros a mais aos cidadãos de Lisboa. Foi este o saldo da sua irresponsabilidade: milhões a mais numa obra parada e milhares de horas roubadas aos cidadãos que tiveram de esperar mais um ano até conclusão desta obra.

Uma oposição com um comportamento político hipócrita. Afirmaram todos os dias a necessidade de eleições intercalares. Tinham na Câmara a maioria necessária para provocar essas eleições. Pensando mais nos interesses partidários do que nos interesses dos cidadãos, actuando com desprezível calculismo, os partidos da oposição mostraram aos cidadãos que não merecem a confiança de quem quer soluções e dispensa complicações.

Uma oposição sem coragem, sem projecto, sem noção de serviço público. Uma oposição que foi incapaz de pensar por um momento no interesse dos cidadãos de Lisboa.

Uma oposição que prega de forma farisaica a virtude política em Lisboa mas que se dispensa de actuar em conformidade quando, e onde, podem ser afectados os seus interesses partidários.

Comecemos pelo Bloco de Esquerda. Rotineiramente implacável na acusação e ligeiro na condenação, o Bloco de Esquerda atropela argumentos para justificar a manutenção do seu apoio à Presidente da Câmara de Salvaterra de Magos, arguida num processo por corrupção no exercício do seu mandato.

O Bloco é um caso de dupla personalidade. Aqui, em Lisboa, acusa e exige. Lá, em Salvaterra de Magos, protege e silencia.

Aqui em Lisboa, proclamam as virtudes do que designam por ética republicana. Lá, em Salvaterra de Magos, agarram-se ao poder e mandam às malvas a ética republicana.

É mesmo caso para citar o povo: bem prega Frei Tomás, olha para o que eu digo não faças o que eu faço!

Depois, o Partido Comunista. Também neste caso não resistiu a fazer coro com os demais. Em permanentes divagações, reclamou a necessidade de eleições mas esqueceu o que não há muito tempo ocorreu em Setúbal.

Recordemos os factos; em Setúbal, o PCP despediu o Presidente eleito pelo voto dos eleitores e, em seu lugar, colocou quem mais se conformava com os ditames da ortodoxia partidária.

Acontece que a actual Presidente da Câmara, cargo que exerce por vontade do PCP, está também arguida num processo por matéria que tem a ver com o exercício das suas funções.

Esta é matéria que inquiete o PCP? Não.

Uma vez mais, o que é exigência em Lisboa é calado em Setúbal. Dois pesos e duas medidas.

Finalmente, o Partido Socialista. Esta é mesmo a mais chocante das situações. Passa-se aqui ao lado, em Oeiras.

Todos se recordam do que aconteceu com o PS em Oeiras. Aquando das eleições autárquicas, os seus dirigentes afirmaram repetidas vezes que a sua candidatura à Câmara Municipal seria liderada por uma destacada figura socialista.

Quem foi essa destacada figura socialista? O obscuro presidente da estrutura local do PS.

Na altura muitos não quiseram perceber o que se estava a passar



naquele concelho. Outros tantos quiseram acreditar que tudo aquilo era normal.

A aparência de confronto político foi encenada até ao fim. A candidatura socialista à Câmara de Oeiras não hesitou em mandar distribuir, durante a campanha eleitoral, o que denominou por “Livro Negro do Verbo Isaltinar” onde eram feitas graves acusações à conduta política do agora Presidente da Câmara.

Agora que o Presidente da Câmara de Oeiras, que não é apenas arguido, mas já é também acusado de vários crimes e crimes graves resultantes do exercício das suas funções, o que faz o PS? A resposta está à vista de todos. Faz uma aliança com o autarca de Oeiras. Aliança que só é possível com o alto patrocínio do Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do PS e de outras destacadas figuras socialistas.

Para os socialistas de Oeiras, as acusações que impendem sobre o Presidente do Município são, e cito, “uma questão da vida privada do

autarca”.

Por nós ficamos esclarecidos. Mas interrogamo-nos sobre que fortes razões, que delicados motivos, que interesses fundamentam esta aliança patrocinada pelo Primeiro-ministro.

Os dirigentes nacionais do PS – a começar pelo seu Secretário-Geral – têm estado calados sobre esta situação.

Pois bem, desafio daqui o Secretário-Geral do PS a pronunciar-se sobre esta matéria. Porque neste caso, calar é pactuar, calar é sinónimo de cumplicidade política.

Desafio o Primeiro-ministro a dizer publicamente se apoia a coligação em Oeiras entre Isaltino Morais e o Partido Socialista.

Desafio o Primeiro-ministro a quebrar o seu silêncio cúmplice sobre uma situação que afecta gravemente a credibilidade das instituições, da política e dos políticos.

São estes comportamentos políticos que afastam os cidadãos da política.

São estes comportamentos políticos que autorizam os cidadãos a pensar que tudo não passa de um mero jogo de interesses partidários.

São estes comportamentos políticos que minam a credibilidade da política e dos políticos sejam eles autarcas ou não.

São estes comportamentos políticos que afectam a qualidade da nossa democracia.

Por nós, percorremos caminhos diferentes. Caminhos que prestigiem a política e os políticos.

E assim vamos continuar.

Secretário-geral do PSD diz que AM de Lisboa mantém legitimidade

Miguel Macedo esclareceu, na mesma ocasião e em resposta a pedidos de outras bancadas, que o PSD não quer provocar eleições intercalares também para a Assembleia Municipal de Lisboa, argumentando que aquele órgão mantém a sua legitimidade.

“Na Assembleia Municipal de Lisboa não há problema nenhum. Não vale a pena os senhores insistirem nessa tecla. (...) Nós não vamos por aí. O nosso caminho está traçado e é de clareza política e de credibilidade política”, afirmou Miguel Macedo.

Na resposta a pedidos de esclarecimento de todas as bancadas parlamentares, que exigiram eleições intercalares também para a Assembleia Municipal, Miguel Macedo argumentou que haver maiorias diferentes na Assembleia e na Câmara Municipal “é uma situação com a qual muitas câmaras convivem todos os dias”.

Miguel Macedo defendeu que “a legitimidade do voto para a Câmara Municipal é diferente da legitimidade do voto para a Assembleia Municipal” e frisou que o PSD “não as confunde”.

“Havia um problema na Câmara Municipal de Lisboa. Mas pelo caminho da sua argumentação estaríamos a pedir eleições também para as juntas de freguesia e mais um pouco para a Assembleia da República e também para o Presidente da República”, afirmou Miguel Macedo, em resposta ao CDS-PP.

O deputado do CDS-PP António Carlos Monteiro tinha considerado que se o PSD não provocar eleições intercalares também para a Assembleia Municipal, estará em causa a “sinceridade e a autenticidade” do líder do PSD, Marques Mendes, que quarta-feira reconheceu não haver condições políticas para manter a governação do executivo camarário.

António Carlos Monteiro argumentou que, a não haver eleições para a Assembleia Municipal, estaria criado um “conflito institucional entre os dois órgãos”, antecipando maiorias diferentes.

Brasil/ Operação Furacão: José Cesário (PSD) exige esclarecimentos do PS

O deputado do PSD eleito pelo círculo Fora da Europa, José Cesário, que participa em Salvador da Baía no congresso da União Portuguesa da Imprensa Regional (UNIR) exigiu hoje, em nome do nosso Partido, que o PS e o Governo esclareçam o alegado envolvimento do Partido Socialista com os portugueses detidos no Brasil no âmbito da operação Furacão, considerando que a situação “está a manchar” a imagem de Portugal.

“O PSD só espera que esta situação, que neste momento está a manchar claramente a imagem dos portugueses no Brasil, seja clarificada”, disse

No âmbito da Operação Furacão, dois portugueses, entre eles o indigitado cônsul honorário de Portugal em Cabo Frio, Licínio Bastos, estão detidos por alegado envolvimento em sentenças judiciais e decisões políticas para beneficiar casas de bingo e de máquinas de jogo e de azar.

O deputado disse que não faz julgamentos, apenas constatações, recordando para tal as legislativas de 2005 e a campanha do PS no Rio de Janeiro, em que Aníbal Araújo, presidente da UNIR, era o cabeça de lista do PS por Fora da Europa.

De acordo com José Cesário, Licínio Bastos terá alegadamente suportado “uma significativa parte das despesas da campanha socialista” no Brasil.

“A única coisa que eu sei é que na altura da campanha eleitoral viveram-se coisas que jamais serão vistas. Publicidade em canais de televisão, rádios e em redes de autocarros e festas para centenas de pessoas”, denunciou.

O deputado adiantou que, em 2005, o PSD apresentou uma queixa na Comissão Nacional de Eleições, que indicou “não ter meios para averiguar esta situação”.

“É a imagem do país que está em causa. Por isso o PS e o Governo devem dar explicações”, sublinhou.

José Cesário adiantou que as justificações têm que ser dadas pelo PS e não por Aníbal Araújo, pois “não há candidatos individuais”.

Apesar de desconhecer o número de portugueses que vivem em Cabo Frio, o deputado referiu que na cidade há “poucos portugueses”, vivendo “alguns portugueses na região, nomeadamente em Búzios.

Presentes no congresso da UNIR, em Salvador da Baía, Aníbal Araújo e o director do Departamento das Comunidades do PS, Paulo Pisco, escusaram-se a prestar qualquer declaração.

O secretário de Estado das Comunidades, António Braga, disse sexta-feira à Lusa desconhecer os portugueses envolvidos no processo “Máfia das Sentenças” e assegurou não ter “qualquer relação” com as acusações que foram feitas sobre si.

“Não conheço nenhum desses protagonistas. Nunca tive nenhuma relação, a qualquer nível, com as referências que são feitas. Portanto, fico deveras admirado”, garantiu à Informação António Braga, que se encontra de visita ao Estado brasileiro da Baía.

PSD acusa Governo de pôr “em causa legitimidade dos autarcas”

O deputado do PSD Miguel Relvas criticou hoje os projectos do Governo que criam um órgão executivo nas duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, por pôr “em causa a legitimidade democrática dos autarcas”.

Em declarações à Agência Lusa, o ex-secretário da Administração Local nos Governo PSD-CDS Miguel Relvas considerou o projecto “um retrocesso” relativamente às leis em vigor, aprovadas em 2003.

“Em 2003, fui muito criticado pelo PS por, na nossa proposta, os presidentes das juntas metropolitanas não serem eleitos. Agora ainda é menos? É criado um órgão executivo e os presidentes de câmara são remetidos para um órgão [conselho metropolitano] de funções consultivas”, questionou o actual deputado do PSD.

Para o antigo governante social-democrata, com esta proposta o Governo socialista de José Sócrates “põe em causa a legitimidade democrática dos autarcas”, ao remetê-los para “funções consultivas”.

“Este governo lida mal com a democracia. Não é um governo de maioria absoluta, é um governo que quer o controlo absoluto”, acusou.

Para Miguel Relvas, esta “é uma lei com certidão de óbito garantida” e prevê contestação da parte dos autarcas portugueses.

O deputado do PSD considerou ainda que o diploma do Governo “tem um alvo”: “o presidente da Câmara do Porto e da Junta Metropolitana do Porto, Rui Rio, que tem assumido muito protagonismo nos últimos meses”.

Na proposta de regime jurídico das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, em discussão com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), o Governo vai propor que tenham um órgão executivo, a junta metropolitana, de três a cinco membros, eleitos pela assembleia de municípios.

“É um órgão executivo a tempo inteiro e ultrapassa uma limitação do actual modelo, que tinha membros (autarcas) em ‘part-time’”, justificou o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, em declarações à Agência Lusa.

Sem excluir totalmente que, no futuro, com uma eventual regionalização, venham a existir órgãos eleitos, Eduardo Cabrita realça que a nova junta metropolitana é escolhida entre os membros da assembleia metropolitana, que “tem uma representatividade política” dos municípios.

A junta metropolitana “é o órgão permanente da área metropolitana responsável pela execução das deliberações da assembleia metropolitana”, composta por “três a cinco membros eleitos pela assembleia metropolitana”, sendo um deles presidente e outro vice-presidente.

Entre outras atribuições, pode exercer competências transferidas pela administração central ou delegadas pelos municípios”, dirigir serviços técnicos, executar orçamentos e também propor a cobrança de impostos locais, participando também na elaboração de planos de ordenamento do território. - Fontes: GP/PSD, Lusa, DN, TSF





Intervenção sobre o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos.

Deputado Carlos Poço

Assembleia da República, 2 de Maio de 2007

(...)

A revogação do Decreto n.º 73, de 28 de Fevereiro de 1973 e a publicação de uma lei que dê resposta à actual realidade é desejada e seguramente aplaudida por todas as entidades e técnicos envolvidos.

(...)

O Diploma, a revogar, em vigor há trinta e quatro anos – o que representa uma estabilidade legislativa nada habitual no nosso sistema jurídico – tem vindo a ser aplicado aos sucessivos regimes de licenciamento de obra particular e de urbanização.

Como se plasma na exposição de Motivos da Proposta de Lei, o Diploma é aplicável ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, prevendo o n.º 4 do artigo 10.º do RJUE as qualificações adequadas à elaboração de projecto para efeito dos procedimentos nele regulados.

À data da sua aprovação, o Decreto n.º 73/73 foi essencial para colmatar a regulação de uma matéria desordenada e que necessitava de regulamentação específica.

Com a evolução do nosso País, com a oferta de técnicos em todas as

especialidades, com as exigências de melhorar a qualidade de todas as intervenções nesta matéria e a criação de mecanismos que criaram condições para melhoria da formação dos técnicos, o Decreto n.º 73/73 já não satisfaz, pelo que se impõe, consequentemente, a sua alteração.

No quadro de referências para a revogação do Diploma em causa, está em causa o interesse público e a qualidade dos projectos.

É uma matéria que não deverá fazer parte das disputas político-partidárias e à volta da qual se deverá reunir um consenso alargado de modo a poder servir, com qualidade, o interesse público.

É claro que, esta nova realidade não pode pôr em causa todos os que, ao longo dos anos, contribuíram com esforço e dedicação para a mudança do território.

Eventualmente sem as melhores soluções, mas dando o seu melhor em defesa dos interesses das populações, exercendo a sua actividade no quadro legal existente.

(...)

Sem que isto signifique seguir a justificação do Governo para a revogação do Diploma, concorda-se, porém, que *“a progressiva inadequação das normas à realidade existente acabou por produzir lesões ao interesse público na qualidade, técnica e estética, segurança, durabilidade e funcionalidade*

das edificações”.

(...)

Entendemos que esta Proposta de Lei representa uma oportunidade para alterar uma legislação desadequada e ultrapassada, mas que, fundamentalmente, deve ser vista como uma base de trabalho que permita a existência de um regime jurídico coeso, racional, inteligente e estável, numa matéria essencial para o ordenamento do País e para a segurança das pessoas e a qualidade de vida.

Sem esquecer que, a par da vertente técnica, importa fazer uma avaliação do seu impacto social e profissional e saber quais as suas implicações para um elevado número de profissionais que trabalham nesta área e que vivem do seu trabalho.

Da análise cuidada do Diploma, a efectuar em sede de especialidade, e após a audição das entidades representativas das ordens profissionais, de entidades de ensino superior, das organizações económicas do sector, dos sindicatos e associações sindicais, vai resultar, estamos em crer, um Diploma que congregue todos aqueles que querem um Portugal moderno e com mais qualidade.

Em nossa opinião, esta Proposta do Governo necessita de melhorias significativas, de aprofundar conceitos e consensualizar propostas



que se traduzam em contributos sérios e de grande valia técnica para o processo legislativo.

(...)

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente, na generalidade, a Proposta de Lei, sem que tal signifique que concorde com a totalidade do texto apresentado, mas na expectativa de que o Governo e o Partido Socialista, em sede de especialidade, vão ter a abertura e a capacidade para receber e introduzir na Proposta de Lei os contributos válidos que surjam na discussão e debate desta Proposta de Lei e que a possam transformar numa boa Lei para Portugal.

Questionou o Governo sobre os Jogos Olímpicos, a violência no desporto e o Mundial de 2010.

Deputado António Ribeiro Cristóvão
Assembleia da República, 4 de Maio de 2007

1 – Jogos Olímpicos

O Governo anterior cuidou de programar a preparação a médio e longo prazo dos JO que vão realizar-se no próximo ano em Pequim. E, apesar do silêncio do actual Executivo, parece estar tudo a correr bem, o que deixa em todos nós fundadas esperanças no comportamento dos nossos atletas. Em recente vinda à Comissão de Educação, a Federação dos Atletas Paralímpicos, voltou a fazer reparos à diferença de tratamento em relação aos atletas de alta competição, especialmente no tocante a prémios.

Recentemente, em França, o Governo deliberou no sentido de serem atribuídos prémios iguais a uns e a outros. Está o Governo português também disponível para rever esta discriminatória situação?

2 - Violência

A violência em recintos desportivos costuma surgir de forma mais intensa com o aproximar do termo dos campeonatos. Foi o caso recente de cenas lamentáveis que todos pudemos constatar em dois jogos de futebol. A CNVD – Comissão Nacional Contra a Violência no Desporto – que não reunia há vários meses, sabe-se lá porquê, apressou-se a tomar conta das ocorrências, mas sem passar disso.

A Lei 16/2004 obriga à legalização de grupos organizados, vulgo claques, mas apenas uma dessa claques está em conformidade com a lei, sem que o Governo dê mostras de se preocupar com essa situação, e considerar ilegais

todas as outras que tantas vezes espalham o terror pelos estádios desportivos.

O Prace prevê a extinção da CNVD. Em que ficamos, senhor Ministro? O PSD entende que para a violência deve haver tolerância zero. E o Governo? Sabemos que está em curso o processo de regulamentação da Lei de Bases. Pode igualmente adiantar novidade sobre o assunto.

É que o combate à violência não se coaduna com estes atrasos.

3 – Mundial de 2010

Há dois dias o Presidente da Fifa, Joseph Blatter, veio a público colocar dúvidas sobre a organização do Mundial de Futebol de 2010 na África do Sul, país onde, parece, o programa de criação de infraestruturas está muito atrasado.

Logo após essas declarações, a FPFutebol veio colocar-se também no lote de possíveis substitutos, manifestando disponibilidade para organizar o evento.

Pergunto: está o Governo disposto a apoiar esta disponibilidade da FPF, sem restrições?

Todos sabemos que foram alguns dos membros deste Governo que tiveram a infeliz ideia de construir dez estádios para a realização do Euro-2004, com os resultados que se conhecem. Pelo menos três estão vazios, e as perspectivas futuras são ainda mais sombrias.

Senhor Ministro: diga-nos sem tibiezas, Sim ou Não? Apoa ou não a iniciativa da FPF?



Intervenção sobre a Lei do Tabaco

Deputado José Eduardo Martins
Assembleia da República, 2 de Maio de 2007

(...)

Todos os especialistas são unânimes em considerar o **tabagismo** como a **maior causa de morte evitável no mundo ocidental**.

O consumo de tabaco assumiu as proporções de uma verdadeira pandemia que, segundo a OMS matará anualmente cerca de 5 milhões de pessoas.

Sabemos portanto que, em Portugal, independentemente de existirem diferentes estimativas sobre o número real de fumadores, muitos morrerão de cancro pulmonar (ou de outros tipos de cancro, que hoje sabemos também estarem associados ao consumo de tabaco), doenças cardiovasculares ou de doença pulmonar obstrutiva crónica...

Entretanto, sabemos também que a exposição ao fumo ambiental também aumenta a probabilidade vir a contrair as referidas doenças...

Embora a aditividade e nocividade associadas ao consumo de tabaco não fossem propriamente desconhecidas no passado, foram os avanços das ciências médicas em paralelo com a massificação do consumo de tabaco no século XX que tornaram evidentes as dramáticas consequências deste hábito importado do novo mundo pelos Portugueses.

Em face da esmagadora evidência científica não há quem, de bom senso, questione a necessidade de controlar este fenómeno.

Nas sociedades ocidentais a tentativa de controlar este consumo será talvez tão antiga quanto o próprio tabaco.

Apesar dos fundamentalismos modernos, não queremos certamente chegar aos extremos da Rússia dos Czares em que, em tempos, se mandava cortar as cabeças de quem incorria neste hábito. Mas seguramente que, sem perder a cabeça, temos nesta matéria a obrigação de não baixar os braços.

Até porque, conforme reconhece a própria OMS, mesmo dentro de 30 anos o consumo de tabaco continuará a ser um hábito para mais de 1300 milhões de habitantes do planeta, isto na condição de que sejam bem sucedidas as políticas antitabágicas em curso.

Portugal não será decerto excepção, apesar dos sucessos obtidos

em matéria da redução da prevalência, pelo que não será excessivo admitir que este é um hábito que permanecerá entre nós nos próximos anos.

Mas, sobretudo, cristalizando na lógica redutora do fumo em locais públicos, este Governo parece ter esquecido que, entretanto, o país procedeu à ratificação da Convenção Quadro das Nações Unidas para o Controlo do Tabaco, não aproveitando a ocasião para legislar em áreas que são por aquela apontadas como determinantes para o sucesso de políticas públicas de prevenção do tabagismo.

Sem querer entrar excessivamente no detalhe, que deve ter lugar em sede de especialidade, não quero deixar de apontar dois ou três exemplos que são bem reveladores deste aparente esquecimento, ou talvez falta de ambição.

Para começar, não se entende que, a contrário da importância crescente dada a este assunto e mesmo da necessidade de reforçar e acompanhar as medidas ora preconizadas, se venha afinal propor a extinção do Conselho de Prevenção do Tabagismo, que funciona na dependência directa do Min. da Saúde, despromovendo este assunto para um mero grupo de aconselhamento ao Sr. Director-Geral.

Por outro lado, na própria exposição de motivos do diploma dá-se relevância às propriedades aditivas do tabaco, constatando-se que o respectivo consumo regular é "difícil de abandonar sem apoio". Qual é a solução proposta pelo Governo? Uma vaga promessa de alargamento das consultas existentes... Não acompanhada de qualquer compromisso em matéria do financiamento dos tratamentos pelo SNS.

O PSD propõe desde já que todas as receitas geradas pela aplicação deste diploma sejam directamente canalizadas para a prevenção e controlo do tabagismo, nomeadamente para consultas médicas de desabituação e comparticipação dos medicamentos para reduzir o vício.

Noutra vertente, constatamos a elevação para 18 anos da idade



mínima para a compra de tabaco. Contudo, tal como faz notar a CQCT serão necessários outros mecanismos para garantir a efectividade desta medida. Olhando para a realidade nacional é difícil perceber como é que, dada a tremenda profusão de pontos de venda existentes, se poderá fazer aplicar esta medida sem uma racionalização e um controlo mais efectivo do circuito de distribuição.

A CQCT prevê também que as partes signatárias adoptem medidas para a redução do consumo que envolvam, designadamente, o preço dos produtos do tabaco. Olhando ainda para a problemática do consumo de tabaco pelos mais jovens, que segundo o Banco Mundial serão a fatia da população mais sensível a variações do preço do tabaco, para além da acessibilidade geral dos fumadores ao produto, não se compreende que o Governo não tenha, à semelhança da prática recente noutros estados membros da UE, aberto a via para a fixação de preços mínimos de referência para o tabaco, impedindo assim que, mesmo face aos aumentos de fiscalidade, os produtores recorram a preços promocionais para incentivar o consumo.

Por outro lado, esta seria também uma oportunidade de Portugal acompanhar as evoluções mais recentes e tomar, mais uma vez, a dianteira nas políticas públicas de prevenção do tabagismo. Olhando para o exemplo dos E.U.A., terra de alguns fundamentalismos mas também fonte de forte progresso científico, vemos que se debate actualmente (por proposta conjunta do Democrata Ted Kennedy e do Republicano Cornyn) a atribuição à

todo-poderosa FDA de poderes para regular todos os aspectos relacionados com a produção e consumo dos produtos de tabaco. Isto é, enquanto nós extinguímos o CPT e despromovemos o assunto para um grupo de trabalho, nos E.U.A. promove-se o assunto propondo-se a atribuição de plenos poderes a uma das mais poderosas agências federais, que irá poder exigir aos fabricantes de produtos de tabaco que diminuam os níveis dos constituintes nocivos do fumo ou ainda que regule o surgimento no mercado de produtos de tabaco que reclamem uma potencial menor nocividade. Aliás, aproveitando a notoriedade desta discussão, surgiu em Portugal, nos últimos dias, a primeira notícia de um destes produtos que apesar de alegar uma menor nocividade, não oferece qualquer garantia aos seus consumidores pois não passou o crivo de qualquer entidade oficial que certifique isso mesmo.

Como em tudo na vida, nem sempre as políticas mais efectivas e consequentes são necessariamente as mais radicais.

Frequentemente, ganhos paulatinos mas consistentes conseguem-se com uma abordagem sensível, abrangente e persistente – e sobretudo passível de aplicação efectiva.

Acreditamos ser este o consenso existente nesta matéria. Quer na sociedade portuguesa, e como não poderia deixar de ser também nesta câmara. Foi esse consenso, aliás, que permitiu que Portugal, há já mais de duas décadas atrás se tornasse pioneiro no domínio das políticas públicas de prevenção do tabagismo aprovando por unanimidade neste parlamento uma Lei que pela primeira vez regulou, entre outras matérias, a questão do consumo de tabaco em locais públicos.

Face a essa constatação não podemos deixar de estranhar não só o tempo perdido pelo Sr. Ministro da Saúde e pelo Governo, como também os avanços e recuos que marcaram todo este processo de aprovação de uma Proposta de Lei que, quanto à sua essência, estava em condições de aprovação no momento em que este



Governo tomou posse.

A questão do consumo de tabaco em locais públicos é bem sintomática da inconsistência com que este assunto tem vindo a ser abordado. Assim, o anteprojecto de lei submetido à discussão pública começou por ser evitado do mais puro radicalismo;

depois, na sequência dos pareceres das diversas partes interessadas, o Governo percebeu a necessidade de moderação e encomendou um estudo de opinião para poder acomodar soluções mais sensatas; os resultados deste estudo mostraram o apoio da população à implementação de novas regras quanto ao fumo no espaços públicos e foram tão evidentes no ponto da necessidade de moderação,

que o próprio ministro da saúde se viu obrigado a vir a público em defesa da introdução de mais moderação, a bem de uma aplicação efectiva e consistente da Lei; por fim, como vem sendo hábito, surpresa das surpresas, voltamos nesta matéria à estaca zero, fazendo tábua rasa do consenso que a sociedade portuguesa nos fazia chegar.

Dito isto, acreditamos que

mediante a introdução de modificações em sede de especialidade orientadas pelo objectivo de, construtivamente, alcançar um instrumento não só efectivo mas, sobretudo, aplicável de prevenção do tabagismo e protecção da exposição ao fumo ambiental, nos encontramos perante uma proposta de lei que merece e justifica uma aprovação consensual nesta câmara.

Intervenção sobre a ratificação da Convenção do Conselho da Europa de Acção Contra o Tráfico de Seres Humanos

Deputado Mendes Bota
Assembleia da República, 4 de Maio de 2007

(...)

Passaram ontem dois anos desde que foi aprovada, em Varsóvia, pelo Conselho de Ministros do Conselho da Europa, a Convenção de Acção Contra o Tráfico de Seres Humanos. Foi subscrita por 36 Estados, entre os quais, Portugal.

Para que entre em vigor, é necessária a ratificação de, pelo menos, 10 Estados signatários, 8 deles, obrigatoriamente, Estados membros do Conselho da Europa.

Até hoje, dois anos depois, apenas 7 ratificaram este importante instrumento internacional. Entre os 29 Estados retardatários, está Portugal.

Não estamos perante um fenómeno menor, marginal, que justifique a displicência e o deixa andar. Estamos a falar de um flagelo que indignifica a humanidade, e afecta milhões de pessoas, sobretudo mulheres e crianças, traficadas em condições de escravatura. 43% vão para a exploração sexual, 32% para o trabalho forçado ou pago miseravelmente, e o resto para outras formas de tráfico, onde assume proporções alarmantes o negócio dos órgãos humanos.

Isto é uma afronta à dignidade humana, envolve terror psicológico e violência física extrema.

Estamos a falar de um negócio à escala global, que gera lucros espantosos e reveste a forma de crime organizado. É o terceiro maior negócio ilegal do mundo, logo após o tráfico de armas e o tráfico de drogas.



Traficar seres humanos gera receitas, segundo estimativas de entidades oficiais norte americanas, mais de 32 biliões de dólares por ano, e é um negócio que não pára de crescer.

Tudo isto, também toca Portugal. As casas de prostituição nascem como cogumelos, chame-se o que se chamar, bares de alterne, discotecas de strip-tease, massagens na intimidade publicitadas sem pudor em praticamente todos os jornais, ou veiculadas na Internet.

Por cada investida das autoridades, por cada casa fechada, nascem dez, numa semi-impunidade, e num ambiente legislativo e penal demasiado brando e permissivo. Em 2004, houve 45 acusados pelo crime de tráfico de prostituição, mas só 27 foram condenados, e apenas 2

cumpriram penas de prisão efectiva.

A procura mantém-se, e o tráfico de mulheres e adolescentes do Brasil, da Europa de leste, da Ásia e até da África, desagua em Portugal como um rio sem vergonha num delta de promiscuidade, favorecido pelo impulso das viagens baratinhas dos voos low-cost.

Sucedem-se as situações de exploração laboral de cidadãos portugueses, nos morangos de Espanha, ou nas tulipas da Holanda. Portugal não pode ignorar que este fenómeno lhe toca, quer como país de origem, quer como país de destino, de um negócio que não se pode confundir com imigração ilegal, porque tem contornos ainda mais sombrios.

É perante tudo isto, que nos interrogamos o que leva o Ministério

da Justiça a reflectir durante dois longos anos sobre uma Convenção que foi seguramente analisada antes de ser subscrita. E a perguntar se já passou a pasta para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para finalmente passar a ratificação para a sede parlamentar?

É que, pode o Governo avançar, e bem, para o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010), conforme Resolução de Conselho de Ministros de 8 de Março de 2007 – já agora conviria esclarecer-se em que situação se encontra, pois tinha 60 dias, incluindo o período de consulta pública, para ser elaborado-;

Mas nenhum país, de per si, conseguirá combater com eficácia o tráfico de seres humanos, se não tiver um enquadramento internacional, com os outros países de origem e de destino deste crime.

A prevenção, a harmonização legal e penal, a criminalização, a protecção das vítimas, a definição da jurisdição de cada qual, o próprio sistema de monitorização, exigem tudo aquilo que está contemplado na Convenção do Conselho da Europa Contra o Tráfico de Seres Humanos.

Protelar a sua implementação, não porque se discorda da Convenção, mas por laxismo e primado burocrático, é um sinal errado face ao recrudescer de um fenómeno que é um grave atentado aos Direitos Humanos e uma das maiores nódoas éticas e morais da sociedade em que vivemos.



Intervenção sobre o acesso à justiça e ao direito

Deputado António Montalvão Machado
Assembleia da República., 3 de Maio de 2007

(...)
Felizmente que, no processo legislativo..., não há lugar a despacho liminar a indeferir imediatamente as diferentes propostas apresentadas, quando elas são manifestamente infundadas e inconcludentes, porque se houvesse..., Sr. Presidente..., era esse o despacho que devia ser proferido sobre o projecto de lei do Bloco de Esquerda.

Ele propõe uma mega constelação de órgãos..., uma constelação complexa e burocrática de 7 órgãos (... não faz a coisa por menos: %7 órgãos), com um Presidente do IAJ (um tal de Instituto de Assistência Jurídica), um departamento de apoio judiciário..., um departamento de defesa pública..., um departamento de defesa de interesses públicos..., uma divisão administrativa..., uma divisão financeira e, finalmente, uma comissão fiscalizadora.

E o pior, ... é que muitos destes departamentos, depois..., desdobram-se em gabinetes centrais, gabinetes regionais e sei lá que outros gabinetes..., e aquilo que verdadeiramente me intriga é o seguinte:

% alguém dessa bancada fez algum estudo..., mas estudo sério..., sobre o número de funcionários administrativos necessários para isto ?% alguém dessa bancada fez algum estudo..., mas um estudo sério..., sobre as verbas envolvidas na contratação desses funcionários administrativos ?

O pior de tudo, porém, é a criação da figura do “advogado público”. Sim. É disso que se trata. O projecto prevê a contratação de advogados para exercer o patrocínio judiciário gratuito..., actividade essa que deverá ser exercida em regime de exclusividade e a tempo inteiro. Talvez com entrada às 9 da manhã e saída às 6 da tarde..., assinando (porque não?) um livro de ponto..., pedindo porventura a um chefe autorização para sair mais cedo, ou coisa que o valha.

Era o que faltava.

O exercício da advocacia é uma função nobre e independente... Uma profissão feita de nervo..., de cérebro..., de emoções contínuas..., de indignações e de perplexidades..., um misto de fugazes alegrias e de desilusões sem remédio..., uma vida, enfim, que não se compadece com esta ideia de completa funcionalização trazida pelo Bloco de Esquerda.

Portanto, quanto a este projecto, temos lido.

(...)

%...o PCP defendeu durante anos um regime anquilosado muito semelhante ao que, agora, o Bloco de Esquerda apresenta, preconizando



para o apoio judiciário, uma macro máquina confusa, complexa e burocrata.

Mas, agora, arrepiou caminho.

E isso é de louvar e de enaltecer, sinceramente. Só que em vez de progredir, recua..., recua uns anos..., voltando ao passado..., devolvendo ao juiz da causa o poder de conceder ou denegar o apoio judiciário.

Srs. Deputados, eu próprio sempre reflecti sobre esta matéria..., e até entendi (e entendo) que essa solução original de ser o juiz da causa a conceder ou denegar o apoio judiciário era melhor do que outras postas em prática.

Sei disso.

Mas, reconheço..., de facto, reconheço..., que o exercício da função jurisdicional..., não se confunde com uma tarefa de indagação da situação económica das partes.

Um juiz existe para julgar..., para decidir... Nisso consiste verdadeiramente a função jurisdicional.

E se o apoio judiciário (...seja para a isenção do pagamento de custas processuais, seja para nomeação gratuita de mandatário) é, de facto, uma benesse social que é concedida...,

entendemos que deve ser a segurança social a instruir os processos e a atribuir ou não esse benefício.

E foi esta a grande mudança introduzida na lei.

Mudança introduzida na lei por um Governo socialista..., mas que contou com o apoio do PSD (... e do CDS).

O sistema não funciona completamente bem? % Não.

A segurança social não responde rápida e eficazmente? % Também não.

Mas, qual a opção a tomar ao fim de alguns (...escassos) anos?

Recusar o novo sistema, voltando ao passado..., ou melhorar e reforçar esse sistema?

Creio que é a segunda a opção certa.

Este tipo de alterações no sistema judiciário português demoram a produzir os seus efeitos.

E demoram a produzir os seus efeitos porque é no terreno judiciário que elas (as alterações) se manifestam... e é no terreno judiciário que elas demonstram (ou não) o seu acerto. E isso demora.

Ora, a proposta do Governo, ao menos, tenta essa melhoria.

De forma incompleta, se calhar..., e passível de benfeitorias? Claro.

Trataremos disso em sede de especialidade e não agora.

Mas, a proposta do Governo assenta no regime que está em vigor (que foi já beneficiado, lembre-se, em 2004..., quando o PSD era Governo com o CDS... o que, também aí..., mereceu o apoio do Partido Socialista).

Vamos tentar melhorar o apoio jurídico e o apoio judiciário em Portugal. É isso que faremos.

Só é preciso saber é se o Governo está disponível para aceitar contributos.

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 09 DE MAIO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA
Proposta de Lei n.º 126/X (GOV)
Aprova o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior

Relatório sobre o Processo da Igualdade de Oportunidade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e Formação Profissional.

QUINTA-FEIRA, DIA 10 DE MAIO DE 2007, 15:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Agendamento potestativo requerido pelo PCP
Projecto de Lei n.º 324/X(PCP)
(Define o regime sócio-profissional aplicável aos trabalhadores das artes do espectáculo e do audiovisual)

VOTAÇÕES no final do debate

SEXTA-FEIRA, DIA 11 DE MAIO DE 2007, 11:00H

Jornadas Parlamentares do PSD



Intervenção sobre a criação de condições para o ensino das línguas e culturas clássicas em todos os níveis de ensino.

Deputado Sérgio Vieira
Assembleia da República, 4 de Maio de 2007.

(...)

A Petição que hoje discutimos, que teve como Promotores a Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, o Instituto de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra e o Departamento de Estudos Clássicos da Universidade de Lisboa, subscrita por mais de 8 mil Cidadãos, requer à Assembleia da República que sejam criadas condições para o ensino das línguas e culturas clássicas em todos os níveis de ensino.

Esta Petição alerta a Assembleia da República para o facto de **o ensino das línguas clássicas passar a ter sido residual nas escolas secundárias e, correr o risco de desaparecer em breve do ensino superior.**

Ao apelar para que sejam criadas condições para o ensino das línguas e culturas clássicas em todos os níveis de ensino, os Peticionários pretendem que “não se reneguem as próprias raízes greco-latinas de uma concepção nobre da política e da sociedade, ética e à escala humana”.

(...)

Durante a audiência concedida pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura os Peticionários deixaram claros os seus argumentos.

Segundo estes, as Línguas Clássicas são importantes para a aprendizagem da língua materna e de línguas estrangeiras, constituem um contributo interdisciplinar para áreas como o Direito, História, Medicina e a Ciência, e dão à Educação um sentido humano, ao valorizarem ideais científicos, estéticos e éticos, e ao promoverem a conservação da identidade histórica e a construção da identidade europeia.

A petição alerta, como já referi, para o facto de o ensino das línguas e culturas Clássicas ter passado a ser residual nas escolas secundárias e correr o risco de desaparecer do ensino superior. E os números que foram apresentados à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, são mesmo prova disso.

Nos anos 2006/2007, no 10º ano de escolaridade, Distritos como Viseu, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Évora e Beja, não tiveram em funcionamento qualquer curso de Línguas e Literaturas.

Por exemplo, no que respeita ao ensino do Latim no 10º ano de escolaridade, em Lisboa só existe uma turma com 20 alunos, no Porto também só uma turma com 12 alunos e Coimbra não foge à regra, também com uma turma, mas somente com 7 alunos.

(...)

Segundo os Peticionários, foi devido à realidade introduzida pelo

Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março, que concretizou a Revisão Curricular do Ensino Secundário, que se chegou a esta situação.

Os Peticionários lamentaram, na Audição com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, o facto de a estrutura curricular do ensino secundário colocar disciplinas como Literatura Portuguesa e Latim como concorrentes, em opção alternativa e não como complementares e cooperantes, no quadro de Línguas de Literaturas.

Lamentaram também o facto de as disciplinas de Literatura Portuguesa e Latim estarem excluídas da matriz do curso de Ciências Sociais e Humanas que suporta candidaturas a licenciaturas como História, Filosofia ou Direito.

Para os Peticionários, a eventual eliminação das Línguas Clássicas irá privar os nossos jovens da possibilidade de conhecerem as raízes comuns da identidade nacional e europeia e os valores que constituem a génese do património cultural, ético e cívico do Ocidente.

(...)

O Grupo Parlamentar do PSD saúda a apresentação desta Petição e aplaude a iniciativa levada a cabo pelos Peticionários.

Subscrevemos o apelo para que não se renegue a própria raiz greco-latina de uma concepção nobre da política e sociedade, ética e à escala humana, e apoiamos a reivindicação de se restabelecerem condições para o ensino de Línguas e Culturas Clássicas em todos os níveis de

ensino.

Durante a audiência concedida pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura aos Peticionários, o Partido Socialista afirmou, como refere o Relatório dessa Audiência, que “o Grupo de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Reforma do Ensino Secundário já detectou esse problema na reforma curricular e que era importante alterar a situação, informando que o Ministério da Educação também defende a alteração da situação”.

Assim, resta ao Grupo Parlamentar do PSD, aguardar a decisão do Ministério da Educação sobre esta matéria e exigir do Governo a devida atenção e celeridade para o restabelecimento de condições para o ensino de Línguas Clássicas em todos os níveis de ensino.

Intervenção sobre a política do Governo na área da Juventude

Deputada Ana Zita Gomes
Assembleia da República, 4 de Maio de 2007

(...)

Do Programa de Governo na área da Juventude destacam-se, essencialmente, 3 grandes prioridades, que passo a citar:

1. Combater a precariedade do emprego jovem;
2. Apostar no empreendedorismo jovem;
3. Facilitar o acesso dos jovens à habitação.

(...)

Passados dois anos, somos obrigados a concluir que o Governo está a falhar nos objectivos a que se propôs!

Vamos aos números, para que não fiquem dúvidas:

Segundo dados do INE, face a Março de 2005, o desemprego jovem aumentou cerca de 8%.

Outra parte da juventude portuguesa – os que conseguem trabalho – vive numa situação de precariedade laboral.

Reféns de recibos verdes que, a qualquer momento, podem ser dispensados sem direito a qualquer tipo de protecção social.

Conclusão (a que temos de chegar): o (1º) compromisso do Programa do Governo não está a ser cumprido!

Quanto à 2ª prioridade que enumero – a aposta no empreendedorismo jovem, “nomeadamente (estou a citar) através da progressiva introdução do empreendedorismo na estrutura

curricular dos diferentes níveis de ensino”:

Vamos aos resultados!

A verdade é que, com o fim do III QCA e com o atraso no QREN, pela 1ª vez em duas décadas, os jovens portugueses não têm **hoje** qualquer Programa, qualquer linha de apoio para candidatar as suas iniciativas empresariais.

E quanto à sua inserção nos curricula escolares, Sr. Ministro, nem vê-los...

Conclusão (a que temos de chegar): (o 2º) outro compromisso do Programa do Governo que não está a ser cumprido!

Quanto à 3ª prioridade prevista no Programa de Governo: o acesso à Habitação.

Também aqui, os números não enganam:

Este Governo é responsável por reduzir para metade as verbas previstas para o Incentivo ao Arrendamento Jovem.

Conclusão a que temos de chegar: (o 3º) outro compromisso do Programa do Governo que não está igualmente a ser cumprido!

(...)

Se podemos concluir pela falência nos principais eixos do Programa do Governo, o que dizer do famigerado Programa Nacional de Juventude?

Lembremos os factos:

Este Governo lançou, com pompa e circunstância, um Programa para a Juventude.

A sua preparação ocorreria entre



Março e Dezembro de 2006, para vigorar entre o início de 2007 e 2013.

Estamos em Maio de 2007. Temos, portanto, legitimidade e o dever de perguntar ao Governo pelos resultados.

Infelizmente, também aqui, a nossa conclusão é simples:

Ninguém, neste País, faz a mais pequena ideia do que é - ou onde pára - este Programa.

Perante esta absoluta inépcia do Governo, o PSD apresentará uma proposta, na Comissão Parlamentar que acompanha as questões da Juventude, para que seja a própria Assembleia da República a lançar as bases para um verdadeiro e consequente Programa Nacional para a Juventude Portuguesa.

(...)

Estes são alguns exemplos - paradigmáticos - da ausência de uma política de juventude e da absoluta insensibilidade deste Governo para os problemas dos jovens portugueses.

Passaram dois anos.

Esperava-se mais e melhor.

Ainda há tempo, Sr. Ministro.

Dedique-o mais à política de

O melhor local para trabalhar

Ricardo Rio (*)



A revista Exame dedica a sua edição de Maio à apresentação das 28 melhores empresas para trabalhar – no Mundo - de acordo com os resultados de um estudo da Heidrick & Struggles, uma empresa multinacional de consultoria de recursos humanos.

Na base desta classificação está um vasto inquérito realizado junto de mais de 250 empresas candidatas, através do qual se procurou aferir do nível de satisfação dos seus trabalhadores e elaborar um relatório de diagnóstico dos principais pontos fortes e fracos da respectiva gestão dos seus recursos humanos.

Na análise efectuada procede-se à caracterização do perfil dos colaboradores das empresas candidatas (idade, sexo, nacionalidade, formação académica base) e à avaliação de diferentes domínios da sua política de recursos humanos, como o número de horas de formação por colaborador, as práticas inovadoras, a capacidade para incutir um sentimento de pertença ou para proporcionar a apreensão de conhecimentos aos seus colaboradores, o acesso à informação interna relevante, os princípios éticos vigentes na política de recrutamento, entre vários outros.

Neste âmbito, o estudo agora divulgado pela Exame chega a especificar dados curiosos como o número de mulheres em cargos de direcção, o número de saídas voluntárias e involuntárias de colaboradores (incluindo reformas) ou o número de colaboradores deslocados no estrangeiro.

No cômputo geral, o estudo enfatiza os méritos de empresas como a Microsoft Portugal, a RE/MAX Portugal, a Procter & Gamble, o Millennium BCP ou a A.T. Kearney, que coloca nos cinco primeiros postos do ranking.

Aliás, as primeiras empresas deste estudo são também aquelas que acumulam as Menções Honrosas para certas vertentes específicas como as Melhores Práticas de Desenvolvimento de Capital Humano (Microsoft), a Melhor Empresa para os Jovens Trabalharem (Procter & Gamble), a Empresa com a Cultura Corporativa mais Forte (A.T. Kearney), a Melhor Empresa-Escola (Roland Berger, 6ª do Ranking) e a Melhor Empresa para as Mulheres Trabalharem (Ericsson, 7ª).

O Millennium BCP é considerado como a Melhor Empresa Portuguesa, num ranking em que está acompanhado de mais 13 empresas de origem nacional, cobrindo diferentes sectores de actividade.

Curiosamente, mesmo nas 28 melhores empresas para trabalhar são apresentados diversos pontos negativos, que vão desde a política de remunerações, aos sistemas de avaliação de desempenho, à falta de transparência das progressões na carreira, à ausência de iniciativas de responsabilidade social ou às dificuldades criadas ao equilíbrio entre a carreira e a família por parte dos colaboradores.

Mais do que as posições relativas das empresas, são estes princípios inscritos no inquérito realizado que devem servir como guia para qualquer empresa ou instituição, pública ou privada, que queira afirmar-se pelas condições de trabalho que proporciona aos seus colaboradores.

Os princípios que, na óptica do Global Place to Work® Institute – uma outra consultora internacional de recursos humanos –, se podem agregar nos diferentes relacionamentos entre os colaboradores e a gestão, os colaboradores e as suas funções e a empresa e entre os diferentes colaboradores. Nestas três vertentes, o Global Place to Work® Institute enfatiza as dimensões da Confiança (traduzida em Credibilidade, Respeito e Justiça/Equidade), Orgulho e Camaradagem como elementos fundamentais dos melhores locais para trabalhar.

Segundo elementos estatísticos recolhidos a nível internacional, as empresas que melhor incorporam estes princípios nas suas práticas de gestão de recursos humanos vêem significativamente aumentadas as suas vantagens competitivas: i) recrutam colaboradores mais qualificados; ii) enfrentam um menor grau de rotação de colaboradores; iii) sentem reduções nos custos de saúde com o pessoal; iv) registam maiores níveis de satisfação dos consumidores e maiores níveis de fidelidade dos clientes; v) demonstram mais espírito inovador, criatividade e empreendedorismo; vi) beneficiam de maior produtividade e rentabilidade.

Há já vários anos, o Great Place to Work® Institute promove também a elaboração de rankings das melhores empresas para trabalhar, quer a nível internacional, quer a nível local, através das suas delegações nacionais, entre as quais o Great Place to Work® Institute Portugal.

Na Lista das 25 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal em 2007, que foi elaborada pelo Great Place to Work® Institute Portugal e publicada pelo jornal Público, a Cushman & Wakefield, a Microsoft, a Amgen Biofarmacêutica, a BMW Portugal e a Liberty Seguros assumiram os cinco primeiros lugares.

A Danone Portugal recebeu o Prémio Especial da Melhor Empresa para os Jovens Trabalharem, enquanto a Accenture foi considerada a Melhor Empresa para os Executivos Trabalharem.

Neste grupo restrito, com claro domínio para as filiais de multinacionais, realce ainda para a Bracarense DST – Domingos Silva e Teixeira, a 20ª do ranking e a Melhor Empresa para Trabalhar do Sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Tudo isto, dirão alguns mais atentos à persistente conjuntura económica negativa, se não pensarmos que a melhor empresa para trabalhar é aquela em que... se pode continuar a trabalhar!

– (*) Engenheiro inscrito na Ordem; Presidente da CPS/PSD-Braga

PSD/Madeira-Outros: 40 a 0

Alberto João Jardim soma mais uma vitória em eleições legislativas



O líder do PSD/M, Alberto João Jardim, conquistou hoje a sua nona vitória consecutiva em eleições legislativas regionais, alcançando 64,20 por cento dos votos expressos que permitem uma representação parlamentar de 33 deputados.

Jardim provocou este processo eleitoral, apresentando, a 19 de Fevereiro, o pedido de demissão do cargo de presidente do Governo Regional que exercia há cerca de 30 anos, sendo a primeira vez que não levou um mandato até o fim.

A demissão foi motivada pela aprovação, por proposta do Governo de José Sócrates, da Lei de Finanças Regionais.

Jardim é fundador e líder do PSD-Madeira desde 1974 e chefe do executivo madeirense desde 1978.

Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim, nascido a 04 de Fevereiro de 1943, é licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Foi professor dos ensinos técnico e secundário, director do Centro de Formação Profissional da Madeira e jornalista profissional, tendo sido director do matutino regional Jornal da Madeira.

Durante o cumprimento do serviço militar, Jardim foi oficial de acção psicológica no Estado-Maior do Exército, em Lisboa e no quartel-general da Madeira.

Em termos de cargos europeus, desde 1978 que é membro do congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, presidindo à delegação portuguesa.

De 1978 a 1996 foi presidente da Conferência das Regiões Periféricas da UE, do qual é chefe honorário.

O líder insular foi igualmente co-

fundador da Assembleia das Regiões da Europa e é, presentemente, vice-presidente do Partido Popular Europeu.

Jardim foi empossado a 16 de Novembro de 2004 como presidente do VIII governo madeirense, na sequência de mais uma vitória nas eleições legislativas regionais que aconteceram a 17 de Outubro desse ano, tendo reconduzido todos os elementos do seu anterior executivo.

Resultados finais: Jardim 64,2% - todos os outros somados, 35,8%

O PSD obteve 90339 votos nas eleições regionais da Madeira, alcançando uma percentagem de 64,2 por cento, o segundo melhor de sempre de Alberto João (em 2004 alcançou 53,6 pc), conseguindo eleger 33 dos 47 deputados da Assembleia Legislativa Regional.

Apurados os resultados nas 54 freguesias da Região Autónoma da Madeira, o PS conseguiu 21699 votos, uma percentagem de 15,42 (há três anos tinha conseguido 27,5 pc).

A CDU ficou na terceira posição, com 7659 votos e 5,44 pc, seguido pelo CDS/PP, com 7512 votos e 5,34 pc.

O BE granjeou 4.184 votos (2,97 pc), seguido do MPT, com 3.173 votos e 2,25 pc, e do PND (2.928 votos, 2,08 pc) - estes dois últimos partidos concorreram este ano pela primeira vez na Madeira.

Com estes resultados, o PSD conquistou 33 dos 47 deputados regionais, o PS sete, a CDU dois e o CDS/PP outros tantos, tendo o BE, o MPT e o PND eleito um cada.

Nas eleições de 2004, o PSD

ganhou com 53,6 por cento dos votos e elegeram 44 deputados, enquanto o PS obteve 27,5 por cento e elegeram 13 deputados.

O CDS-PP foi a terceira força política elegendo dois deputados, apesar de ter descido de 9,7 para 7 por cento.

A CDU manteve em 2004 os dois deputados e ficou com 5,5 por cento dos votos e o BE que, nesse ano sucedeu à UDP na Região, diminuiu de dois para um deputado, com 3,5 por cento.

Nas anteriores eleições regionais, a Madeira elegia 68 deputados e hoje, devido à alteração da lei eleitoral, elegeram 47. - **PL, Gab. Inf. Madeira, RTP, Lusa, DN**

Os 47 deputados que compõem o parlamento madeirense e o histórico dos resultados

verificados

Os madeirenses elegeram hoje os 47 deputados que vão compor a Assembleia Legislativa Regional nos próximos quatro anos.

O PSD/M renovou a maioria absoluta que detinha no parlamento madeirense elegeram 33 representantes.

Os deputados oficialmente eleitos pelo PSD são: Alberto João Jardim, Miguel Mendonça, Miguel de Sousa, João Cunha e Silva, Coito Pita, Jaime Ramos, Nivalda Gonçalves, Maria do Carmo Almeida, Paulo Fontes, Vicente Pestana, Pedro Coelho, Jorge Moreira de Sousa, Rui Ramos Gouveia, Agostinho Ramos Gouveia, Rui Moisés Ascensão, José Gualberto Fernandes, Gabriel Drumond Esmeraldo, Manuel Gregório Pestana, Francisco Jardim Ramos, José Tranquada Gomes, Ivo Nunes, José Medeiros Gaspar, Jaime Filipe Ramos, Savino Correia, Vânia Jesus,



Sara Adré, Rui Miguel Coelho, Élvio Encarnação, Sidónio Fernandes, José Prada, Ana Mafalda Pereira, Jaime Lucas, Rafaela Fernandes.

Por seu turno, o PS/M, considerado o grande derrotado destas eleições, elegeu sete parlamentares que são: o presidente do partido, Jacinto Serrão, Bernardo Trindade, Carlos Fino, Bernardo Martins, João Escórcio, Carlos Pereira, Luísa Mendonça.

A CDU/M manteve os dois deputados do seu grupo parlamentar, Edgar Silva e Leonel Nunes.

O CDS/PP ficou-se também pelos dois parlamentares que tinha na ALM, reelegeu o seu líder José Manuel Rodrigues, que terá como parceiro de bancada João Alberto Fernandes. Paulo Martins continua a ser o único representante do Bloco de Esquerda.

O Movimento Partido da Terra estará pela primeira vez representado na ALM pelo ex-deputado do PS/M João Isidoro Freitas, que foi expulso do partido e passou independente na anterior legislatura.

Baltasar Aguiar é o deputado eleito pelo Partido da Nova Democracia, partido que pela primeira vez tem assento no parlamento madeirense.

O PSD alcançou assim o segundo melhor resultado do partido no arquipélago desde 1976, com 64,02 por cento dos votos, enquanto os socialistas, com 15,42 por cento, tiveram a sua segunda pior derrota.

Apenas em 1980 os sociais-democratas conseguiram uma vitória superior, com 65,33 por cento dos votos.

Foi igualmente nesse ano que os socialistas alcançaram o pior resultado desde 1976 no arquipélago, ficando pelos 15 por cento dos votos.

Desde 1976 até 2004, o “pódio” das eleições regionais ficou sempre para os mesmos partidos - PSD, PS e CDS - com a UDP e o Partido Comunista a disputar os últimos lugares.

Assim, nas primeiras eleições na região autónoma da Madeira após o 25 de Abril, os sociais-democratas madeirenses, ainda sem Alberto João Jardim, que só assumiu as funções de presidente do Governo Regional em Março de 1978, alcançaram 59,63 por cento dos votos, contra 22,34 por cento do PS.

Nessas eleições, a terceira força política mais votada foi o CDS, seguido da UDP e do PCP, apesar dos comunistas não terem conseguido eleger qualquer deputado.

Em 1980, nas eleições onde o PSD conseguiu o seu maior resultado naquela região autónoma, já com Alberto João Jardim à frente do partido, e o PS teve a pior derrota, os democratas-cristãos, a UDP e a APU continuaram as ser a terceira, quarta e quinta forças políticas do arquipélago, respectivamente.

Os comunistas conseguiram, contudo, eleger pela primeira vez um



deputado para a Assembleia Legislativa.

Em 1984, os sociais-democratas desceram quase seis pontos percentuais, ficando pelos 59,79 por cento, enquanto o PS subiu mais de cinco por cento, alcançando 20,59 por cento dos votos.

Quatro anos depois, em 1988, Alberto João Jardim voltou a subir, para os 62,36 por cento dos votos, enquanto os socialistas ficaram pelos 16,79 por cento.

Nesse ano, os comunistas voltaram a perder o deputado que tinham eleito pela primeira vez em 1980.

Em 1992, o PSD volta mais uma vez a descer, alcançando 56,86 por cento dos votos, o PS sobe novamente, conseguindo 22,51 por cento, o PCP volta a recuperar o seu deputado, numas eleições onde também o PSN conquista o seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa.

Quatro anos mais tarde, em 1996, sociais-democratas e socialistas mantêm mais ou menos os mesmos resultados, com o PSD a ficar pelos 56,87 por cento dos votos e o PS a subir dois pontos, para os 24,84 por cento.

O PCP foi a surpresa desse ano, já que pela primeira vez desde 1976 conseguiu ser a quarta força política, ultrapassando a UDP por apenas 10 votos.

Em 2000, PSD e PS descem ligeiramente, com Alberto João Jardim a alcançar 55,95 por cento dos votos, contra os 21,04 por cento dos socialistas, enquanto a UDP, que pela última vez concorreu nas eleições regionais madeirenses, ultrapassa novamente o PCP com mais 195

votos.

Em 2004, Alberto João Jardim desce mais uma vez, naquele que foi o seu mais fraco resultado desde 1976, com 53,71 por cento dos votos, enquanto os socialistas alcançaram a sua maior percentagem desde o 25 de Abril: 27,41 por cento.

O Bloco de Esquerda, que concorria pela primeira vez às regionais madeirenses, alcançou 3,66 por cento dos votos, conseguindo eleger o seu primeiro deputado.

Hoje, nas primeiras eleições antecipadas na região autónoma, o PSD volta a subir e o PS a descer: 64,20 por cento dos votos, contra 15,42 por cento.

Pela primeira vez, o PCP conseguiu alcançar a “medalha de bronze”, com 5,44 por cento dos votos, atirando o CDS-PP, com 5,34 por cento, para o quarto lugar.

O Bloco de Esquerda foi mais uma vez a quinta força política, com 2,97 por cento dos votos, numa eleições onde o MPT e o PND conseguiram

pela primeira vez eleger um deputado para a Assembleia Legislativa da Madeira. -Lusa

Durão Barroso a Alberto João

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, felicitou Alberto João Jardim pela sua recondução à frente do governo regional da Madeira, considerando que se trata de “um sinal do apoio que tem da sua população”.

Lembrando que Jardim “é neste momento um dos presidentes de governo regional, senão mesmo o presidente de governo regional, há mais tempo em funções na Europa eleito democraticamente”, o antigo chefe de governo e antigo líder do PSD comentou que tal demonstra o reconhecimento pelo trabalho feito.

“É sem dúvida um sinal do apoio que tem da sua população e reconhecimento dos cidadãos da sua região autónoma pelo trabalho feito



por ele próprio ao serviço do desenvolvimento daquela região”, afirmou Durão Barroso a jornalistas portugueses em Bruxelas.

Alberto João com Marques Mendes

Alberto João Jardim no imediato pós eleitoral, disse que o líder do PSD “pode contar com a Madeira para futuras vitórias do Partido”.

O líder do PSD/Madeira, que venceu hoje as eleições regionais antecipadas, falava via video-conferência para uma sala em Aveiro, onde Marques Mendes celebrava, com militantes sociais-democratas, o 33º aniversário do PSD. “Demonstrámos que é possível fazer uma revolução pacífica e em Portugal a revolução pacífica terá de ser o PSD a fazer”, disse ainda Alberto João Jardim na sua intervenção.

O presidente reeleito da Região Autónoma da Madeira dedicou a sua vitória aos militantes social-democratas de todo o país e agradeceu o empenho quer do líder do PSD quer do grupo parlamentar. - **Gab. Imp. PSD**

O discurso de vitória de Alberto João Jardim

Madeirenses e Portossantenses:

O Partido Social Democrata venceu as eleições por maioria absoluta.

É a nossa quadragésima vitória eleitoral, a nona em eleições regionais sempre por maioria absoluta.

Agradeço, do coração, ao Povo Madeirense.

Agradeço aos Militantes do Partido Social Democrata.

Agradeço, em particular, aos meus Companheiros dirigentes do Partido na Região, bem como ao Líder nacional, Dr. Marques Mendes, aos dirigentes nacionais e a todos os Militantes pelo País fora, que tanto nos apoiaram.

Um especial muito obrigado ao Secretariado do PSD/Madeira, em especial ao Secretário-Geral Jaime Ramos, bem como a todos os Trabalhadores do Partido, sem os quais esta campanha eleitoral não teria sido possível.

Um grande e muito reconhecido obrigado para a JSD e para a sua activíssima participação nesta campanha.

Um obrigado aos Trabalhadores Sociais-Democratas.

Obrigado ao empenho fundamental de todos os Autarcas Sociais-Democratas.

O meu reconhecimento aos Colegas de Governo Regional e aos Membros do meu Gabinete, pela forma como me ampararam nestes últimos meses muito difíceis.

Os meus cumprimentos àquela Comunicação Social que procedeu com profissionalismo e seriedade no

decorrer desta campanha.

“Não há muito tempo para euforias”

As eleições estão decididas. Celebremo-las.

Mas não há muito tempo para euforias.

Há trabalhos e dificuldades grandes pela frente.

Vamos enfrentar tudo isso com firmeza, responsabilidade e serenidade.

Uma Democracia civilizada respeita a vontade do Povo.

Esta é a leitura responsável que os Portugueses da Madeira esperam dos Órgãos do Estado.

Neste momento, para mim, tudo o que se passou fica ultrapassado.

O Interesse Nacional exige-o.

O Interesse Nacional exige bom-senso, calma, isenção e responsabilidade, tanto aos Órgãos do Estado, como aos Órgãos de governo próprio da Região Autónoma.

Portugal e os Portugueses podem contar connosco para a construção de um futuro que considero ao nosso alcance.

Deixem a Madeira e o seu Povo trabalhar. Deixem, porque é Portugal a se desenvolver.

Portugal não pode continuar doente, com permissividades em males sociais graves, como a droga. Doente com absurdos, a que chamam “causas fracturantes”, mas que mais não são do que decadência, inversão de Valores, ausência de Cultura,



tragédias familiares e aumento da criminalidade.

Recuso que a Madeira esteja sujeita a uma inflação legislativa nacional incompetente, a qual obstrói sistematicamente o investimento, alarga a praga burocrática, asfixia a Economia e provoca o desemprego.

Recuso a montagem de um “Estado-policia” em Portugal, destinado também a perseguir quem não alinhe pelo “pensamento único” subtilmente institucionalizado.

Recuso um aparelho de justiça, ideologicamente penetrado, mediaticamente exibicionista e que invada áreas dos restantes Poderes de Estado.

Apoio todas as movimentações populares democráticas que visem mudanças de fundo em Portugal.

Defendo o Princípio da Unidade Diferenciada, em que a Madeira, no quadro da unidade nacional, tem Direito ao seu sistema de desenvolvimento próprio e diferente, ficando para o Estado apenas as competências que consubstanciam a essência – e só esta – da mesma unidade nacional.

A Política da Madeira assenta nos nossos Valores, nas nossas Causas, nos nossos Objectivos.

Sem Valores, não há políticas credíveis.

Sem Valores, é impossível a mobilização de um Povo.

Ninguém é eterno em Política. Hoje, na Madeira, fechou-se um tempo político-eleitoral

Sem Valores, não é viável a construção do Desenvolvimento Sustentado.

Ninguém é eterno em Política.

Hoje, na Madeira, fechou-se um tempo político-eleitoral.

Os autonomistas madeirenses, e sobretudo os sociais-democratas, têm agora de reflectir 2011, sempre com discrição, inteligência e lealdade.

2011 é já amanhã.

Não se tolere erros que comprometam o futuro da Madeira.

Celebremos a Festa da Vitória. Amanhã toca a trabalhar! - **Gab. PGR/Madeira**



Notícias de Aveiro

Entregue à Câmara a auditoria pedida pelo Executivo municipal às responsabilidades financeiras da autarquia

A Câmara Municipal de Aveiro informou que no dia 30 do mês passado, foi entregue a auditoria final à Assembleia Municipal de Aveiro e a sua apresentação, em reunião privada, a todos os vereadores da oposição. Aqui ficam as referências do Presidente do Executivo, Élio Maia: “Do documento, que analisa exaustivamente as responsabilidades financeiras reportadas ao dia da tomada de posse do actual Executivo, como solicitado, poderemos tirar, desde já, as seguintes conclusões:

1) Foi apurado o valor global do passivo corrigido do conjunto das entidades objecto da prestação de serviços com referência a 22-10-2005 sendo de 201,310 milhões de euros. O passivo do conjunto das empresas é constituído da seguinte forma: Montante de 168,139 milhões de euros consiste em passivo exigível, na acepção de obrigações, dos quais 4,838 milhões de euros corrigidos em Provisões para riscos e encargos; e o montante de 33,171 milhões de euros constitui em passivo não exigível, que deverão decorrer da adopção do princípio da especialização, sendo constituídos essencialmente por aumentos e diferimentos.

2) Deste valor entende-se como particularmente grave a existência à data de 72 milhões de euros de dívidas a terceiros – CURTO PRAZO – o que condiciona toda a política de tesouraria e de actividades das empresas municipais e da Câmara

Municipal de Aveiro.

3) Ao valor, a Auditoria acrescenta 49, 250 milhões de euros de compromissos assumidos contabilizáveis e que não estavam reflectidos na actividade contabilística a 22-10-2005. Neste valor incluem-se protocolos, juros e empreitadas que consistem em obrigações para a autarquia, nomeadamente em exercícios futuros.

4) Para além desse valor, a própria auditoria entendeu analisar 10 casos, considerado como as “as situações mais relevantes” que potenciam responsabilidades contratuais e/ou contingências que, pela sua forma, natureza, impossibilidade de mensuração fiável, estado e/ou insuficiência de informação, não se afigurou adequado o reconhecer como passivo” que não de identificação imediata do montante comprometido pela autarquia devido ao seu próprio articulado – seja porque os protocolos ainda não estão cumpridos ou processos sanados judicialmente - o montante é de cerca de 33 milhões de euros. Estão neste rol, casos conhecidos como a RODIMO, Manuel Figueiredo Dias, AEVA, AveiroPolis SA, SCBM, Ministério da Defesa (ainda assuntos da Capitania), REFER, Secretaria de Estado do Desporto e VITASAL.

5) A Câmara Municipal de Aveiro viu assim agravada a sua dívida de forma brutal durante os últimos oito anos, como esta auditoria nos mostra



– por cada dia útil, agravou-se a situação da Câmara em 100 mil euros. Cada eleitor é responsável por mais de 4000 euros da dívida. A actual situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro é grave e o ano passado custou-nos 12 milhões de euros em juros e compromissos bancários, sendo que este ano o valor aproxima-se dos 15 milhões de euros. O valor global dos compromissos financeiros da Câmara Municipal de Aveiro é de 250 milhões de euros (derivado dos 168 + 49 + cerca de 33)

6) A Câmara Municipal de Aveiro

está a resolver alguns dos dossiers mais críticos – o da VITASAL é um exemplo, que irá a esta reunião da Assembleia Municipal de Aveiro - mas há muitos outros e pretende-se apresentar, até ao final do mês de Maio um plano de recuperação económico-financeira.

Este Executivo pretende seguir uma estratégia de recuperação da credibilidade financeira da autarquia e de adequação das responsabilidades à capacidade de endividamento e obras que este Executivo pretende realizar.

– CM/Aveiro

Festas do Município

Com início este Sábado, as Festas do Município visam comemorar o Dia do Município – 12 de Maio - através da realização de diversas actividades culturais, lúdicas e desportivas.

No fim-de-semana passado, destacou-se a inauguração da Exposição de Fotografia “Rialidades” de Rui Bela, no dia 5, às 17.00 horas, na Galeria da Capitania. A mostra estará patente até 3 de Junho, podendo ser visitada de Terça a Domingo, das 14.00 às 19.00 horas.

Realçamos ainda a inauguração da exposição “A liberdade: um desafio aos jovens” no dia 6, às 15.30 horas, na Biblioteca Municipal de Aveiro. Organizada pela Comissão Diocesana de Cultura e pela Irmandade Santa Joana, esta mostra resulta de um trabalho de pesquisa e de análise à Carta de Santa Joana aos jovens, referida por D. Manuel Almeida Trindade, Bispo de Aveiro na altura. A Carta, actual na sua mensagem, foi o ponto de partida para os jovens da comunidade que aderiram e participam com trabalhos. A exposição poderá ser apreciada até 13 de Maio.

No que diz respeito às actividades desportivas, sublinhe-se o sucesso que foi a segunda edição do Troféu Perícia Automóvel no dia 6, das 14.30 às 18.00 horas, no Cais da Fonte Nova. Esta etapa contou para o Troféu Nacional da modalidade.

Para os mais jovens, o Arlequim – Teatro para a Infância organizou vários ateliers de brinquedos e fantoches, no dia 6, das 10.30 às 12.30 horas, no Rossio.

No Domingo à tarde, no Rossio, salientou-se o desfile etnográfico e o festival de folclore com o Rancho Folclórico “As Lavradeiras de Sarrazola”, Grupo Folclórico do Carregal, Grupo Folclórico de Esgueira, Rancho Folclórico do Baixo Vouga e Grupo Folclórico da casa do Povo de Cacia.

Ao fim do dia 6, às 18.00 horas, nos Claustros da Misericórdia, realizou-se o Concerto de Música da Renascença com o Grupo de Danças Antigas Josefa d’Óbidos e do “Concentus Allavarum” do Coral São Pedro de Aradas.

Destacamos ainda o Encontro de Escolas de Música que contou com a participação da Associação Musical e Cultural de São Bernardo, a Associação Recreativa Eixense, a Banda Amizade, a Banda e Escola de Música da Quinta do Picado, Grupo Cultural e Recreativo da Taipa, Sociedade Musical Santa Cecília e Tuna Santa Joana, que se realizou no dia 5, às 21.30 horas, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro. – CM-Aveiro

Notícias de Cascais

Cascais aposta na Internet Sem Fios - “Hotspots” no concelho



Em colaboração com a PT Acessos de Internet Wi-Fi, a Câmara Municipal de Cascais, disponibiliza a partir de agora, no centro da vila, um serviço de “hotspot” – zona de Internet Sem Fios.

Numa primeira fase, o serviço de Internet Sem Fios estará disponível apenas no Largo Luis de Camões, Praça 5 de Outubro, Largo da Estação e Centro de Informação Jovem. A curto prazo prevê-se o alargamento dos “hotspots” a outros espaços do concelho.

Graças a este serviço, todos os internautas podem aceder à Internet através da tecnologia sem fios (wireless), a partir de computadores portáteis, PDA ou qualquer outro equipamento compatível.

Os “vouchers” de acesso estão à venda no edifício dos Paços de Concelho e no Centro de Informação Jovem, com valores entre os cinco e os 50 euros.

Esta é mais uma porta aberta para o mundo dos três “W”, depois de o município se ter associado a diferentes empresas para disponibilizar acessos à Internet no Centro de Informação Jovem e, mais recentemente, na Ponta do Sal.

De Cascais a Wuchi – Exposição fotográfica e curso temático

Mostrar os contrastes entre a modernização galopante e a persistência dos velhos costumes na China é o objectivo da exposição fotográfica da autoria de Fernando Penim Redondo, que vai estar patente na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana, inaugurada a 3 e

patente até 31 de Maio. Em paralelo realiza-se um curso sobre a China, ministrado pelo Professor António Graça de Abreu.

Geminada com Wuxi desde 1993, Cascais tem fortalecido, desde então, os laços de amizade e cooperação criados entre os dois municípios, na senda de uma maior aproximação entre os dois povos e respectivas culturas.

Intitulada “Na China”, esta mostra de Fernando Penim Redondo transporta-nos para a “Velha Nova China”, focando a sua objectiva nas transformações e persistência dos velhos costumes neste gigantesco país. São 30 fotografias a cores (30X40 cm), com as quais este viajante e amante da fotografia desde há 40 anos, abre portas para uma viagem até à “Velha Nova China”.

A temática da exposição será complementada pelo curso intitulado “De Cascais a Wuxi, de Wuxi à Descoberta da China Clássica”,

apresentado pelo Professor António Graça de Abreu. De participação gratuita e dirigido ao público em geral, o curso decorrerá todas as quintas-feiras, das 21H00 às 22H30 (de 3 a 26 de Maio), na Biblioteca Municipal de S. Domingos de Rana.

Rede de bibliotecas escolares de Cascais alargada - Novos pólos em Abóboda e Trajouce

O Presidente Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho, inaugurou na sexta-feira, dia 4 de Maio, as Bibliotecas Escolares de Abóboda e Trajouce, que se juntam às mais de 20 que já integram a Rede de Bibliotecas Escolares de Cascais. Em Junho serão inaugurados mais dois pólos em Aldeia de Juso, seguindo-se mais dois até ao final de 2007.

Criada em 2001, a Rede Concelhia de Bibliotecas Escolares abrange actualmente 23 escolas: nove do 1.º Ciclo do Ensino Básico, seis dos 2.º e 3.º Ciclos e a totalidade dos estabelecimentos do Ensino Secundário do concelho (8).

A iniciativa de criar estes espaços dedicados ao livro e à leitura em âmbito escolar parte necessariamente das escolas que contam com o devido apoio do SABE – Serviço Municipal de Apoio às Bibliotecas Escolares.

Articulando com as escolas e o Ministério da Educação, o SABE tem estimulado a criação e o desenvolvimento destas bibliotecas, fornecendo recursos materiais e de informação, tais como material documental, equipamentos multimédia, mapas, jogos, diapositivos, ligação à Internet, entre outros apoios.

Projecto “Este Mar” lançado a 3 de Maio

“Este Mar” é o tema do livro lançado em 3 de Maio, na Casa de Santa Maria, pelas 18h00. Composta por diversos textos didácticos relacionados com o mar, esta obra pretende constituir um guia orientador das visitas de estudo ao litoral de Cascais realizadas a bordo do galeão “Estou Para Ver”.

Editado no âmbito do Projecto “Este Mar”, lançado pela Escola de Actividades Náuticas de Cascais no ano lectivo 2005/2006 – com o apoio da autarquia e o envolvimento de professores de diversas escolas do concelho, – o livro “Este Mar” integra um programa no qual o mar de Cascais funciona como espaço educativo/ desportivo e onde se utiliza o galeão “Estou Para Ver” como sala de aula, sob a forma de visitas de estudo: ali, os alunos aplicam e desenvolvem os temas e conteúdos do livro.

Na cerimónia de lançamento deste projecto, foi assinado um protocolo de cooperação entre a Escola Secundária de Carcavelos e a autarquia para permitir à população escolar do Concelho usufruir da embarcação “Estou para Ver” como um pólo escolar.

Maré Viva 2007 - Inscrições abertas

O mês de Maio marca o início do Programa Maré Viva 2007, durante o qual estão abertas as inscrições, que poderão ser efectuadas no Centro de Informação Jovem.

Enquadrado nos programas de ocupação de tempos livres que a Câmara Municipal de Cascais promove durante o período de Verão, o Programa Maré Viva destina-se a jovens residentes no concelho de Cascais, com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos.

Entre Junho e Setembro os marezinhos são distribuídos por 3 turnos: 18 de Junho a 17 de Julho, 18 de Julho a 16 de Agosto e 17 de Agosto a 15 de Setembro. Cada turno permite ter na praia diariamente, entre as 9H00 e as 19H00, cerca de 120 jovens devidamente equipados, com o principal objectivo de contribuir para o bem-estar geral dos utentes das praias, sempre em articulação com as autoridades presentes.



Entre as diversas funções destacam-se:

- Apoio à prestação de 1.ºs Socorros;
- Vigilância e prevenção de situações de risco;
- Promoção de acções de sensibilização e informação sobre questões relacionadas com o ambiente e saúde pública;
- Promover o reencontro de crianças perdidas.
- Parcerias e colaborações do Programa Maré Viva:
 - Cruz Vermelha Portuguesa;
 - Capitania do Porto de Cascais;
 - Junta de Turismo da Costa do Estoril;
 - Polícia de Segurança Pública;
 - Instituto de Socorros a Náufragos;
 - INEM;
 - Guarda Nacional Republicana;
 - Corporações de Bombeiros, entre outros.

O Centro de Informação Jovem é na Avenida Valbom, n.º 21 (em frente à estação de comboios de Cascais) e tem o Telefone 214839140 e o "mail"



cij@cm-cascais.pt .

A Câmara alarga acapacidade dos seus serviços veterinários – assinado Protocolo com o E.P. do Linhó

A Câmara Municipal de Cascais assinou, no dia 4, de manhã, um protocolo com o Estabelecimento Prisional do Linhó no âmbito da

actuação dos Serviços Veterinários Municipais.

Em dia de aniversário, o EP do Linhó acorda com a Câmara de Cascais a cedência de três boxes com capacidade até nove animais, permitindo libertar espaço para a detenção dos animais capturados, os quais têm de permanecer, obrigatoriamente, em cativeiro

durante oito dias. Pela utilização do espaço, a Câmara irá entregar ao E.P. do Linhó 8500 euros por ano.

Perante a necessidade crescente de dar resposta a situações relacionadas com animais errantes e abandonados, os Serviços Veterinários Municipais (SVET) estão a preparar um reforço de pessoal, por forma impor vigilância 24 horas por dia, 365 dias por ano, em todo o Concelho.

Aguarda-se para muito breve o arranque das obras de ampliação das instalações dos SVET existentes no Zambujeiro, junto à Fundação S. Francisco de Assis, que significam um investimento de 250.000 euros.

Actualmente existem apenas seis boxes, com capacidade até 15 cães. Com esta intervenção, que se prevê finalizada até final do ano, os SVET passarão a dispor de 20 boxes com canil e gatil, cada um com capacidade para albergar até 30 animais, e zona para aves, até aqui inexistente. Além disso melhoram-se as condições de trabalho na clínica e de atendimento ao público.

– CM/Cascais

Notícias de Estarreja

Apurados os finalistas para a Final da Taça de Portugal a disputar em Estarreja

O Alavarium, o Madeira SAD, o Benfica e o FC Porto são os finalistas da Taça de Portugal em Andebol. A final-four vai ser disputada em Estarreja.

A Federação Portuguesa de Andebol escolheu o Pavilhão Municipal, localizado no centro da cidade, para palco da Final Four da Taça de Portugal Seniores Masculinos. Marcada para os dias 19 e 20 de Maio, a Fase Final tem transmissão televisiva garantida.

A apresentação da prova e o sorteio dos jogos realizaram-se ontem nos edifícios da Câmara Municipal

Comemorações do Aniversário da GNR

No âmbito das comemorações de mais um aniversário da Guarda Nacional Republicana, o Destacamento Territorial de Ovar promoveu uma exposição de meios existentes no serviço Escola Segura, na Praça Francisco Barbosa.

Egas Moniz está vivo com as novas tecnologias Centro de Documentação aberto ao público.

A lição do Professor continua e agora num novo mundo, o virtual. A Câmara Municipal de Estarreja inaugurou o Centro de Documentação da Casa Museu Egas Moniz, em Avanca, no dia em que se comemorou o 132.º Aniversário do cientista. O vasto acervo histórico e documental, abrangendo a digitalização de 50 mil documentos, está disponível on-line.

Com este passo, a autarquia “lança, para a comunidade e para o mundo, utilizando os meios tecnológicos mais avançados, a vida e obra” do Professor, resumiu o Vereador da Cultura e da Ciência, João Alegria.

O novo centro permite “dar continuidade e sentido ao espólio documental da Casa Museu para permitir o acesso a investigadores e a todos aqueles que sentem necessidade de conhecer todos os percursos da vida de Egas Moniz”, disse. A melhoria de serviços de apoio aos visitantes tem ainda como objectivo “um significativo acréscimo do número de visitas”.

Através de uma plataforma dinâmica de serviços disponível no sítio da



Casa Museu na internet, é possível efectuar uma pesquisa documental a dois níveis.

Num primeiro patamar o acesso é livre. O segundo obriga a registo e contém “um acervo mais científico e com níveis de indexação mais exigentes”, explicou a gestora do projecto Egas Moniz Digital, Rosa Maria Rodrigues. “Esta nova porta de conhecimento” permitirá aos utilizadores “aprender de uma forma experimental, da mesma forma que Egas Moniz professou a sua carreira académica”, referiu.

Foram digitalizados originais, tais como correspondência pessoal e científica, manuscritos, bibliografia mais significativa, bem como outros documentos relacionados com a vida e obra do investigador.

O projecto Egas Moniz Digital permitiu ainda a realização do documentário “Na Esteira de Egas Moniz”, que está a ser distribuído pelas bibliotecas,

escolas e universidades do país; introdução das TIC na Casa Museu através de uma visita sonora com recurso a leitores de MP3; e o acesso wireless na Quinta do Marinheiro.

Familiares de Egas Moniz estiveram presentes na cerimónia. António Macieira Coelho, sobrinho-neto do investigador, mostrou-se “impressionadíssimo com o trabalho notável realizado” e dirigiu um “agradecimento da família aos presidentes de Câmara e às vereações que tomaram conta, zelaram pelo património e o têm desenvolvido”.

António Macieira Coelho acentuou que “Egas Moniz está vivo através da sua obra espantosa e a Câmara mantém-no vivo”.

Sobre o projecto comentou que o seu tio-avô foi “um Homem que esteve sempre à frente do seu tempo, utilizando as novas técnicas. Agora está vivo com as novas tecnologias. Hoje introduziu-se com toda a sua potencialidade na nova era das novas tecnologias”.

O Presidente da Câmara Municipal de Estarreja assume “a importância da herança legada e a responsabilidade de a projectarmos para o futuro”. O Egas Moniz Digital “dá uma nova vida a esta Casa Museu” sendo que novos desafios se colocam e novas acções se programa para que “Viva Egas Moniz”.

O autarca não duvida que “Egas Moniz é a mais importante referência do Município e é incontornável a nível nacional e internacional”.

José Eduardo de Matos pretende uma maior valorização do cientista a nível nacional, esperando uma merecida compensação no próximo Quadro Comunitário, bem necessária para as obras de restauração da Casa Museu, para a implementação de um Centro de Ciência na antiga vacaria, e para a requalificação da Quinta do Marinheiro, intervenções inseridas num projecto global de revitalização do complexo de riquíssimo valor cultural e patrimonial.

Foi anunciada a criação de uma Liga de Amigos, aberta ao tecido empresarial e aos laboratórios científicos, esperando-se também um maior



envolvimento humano da comunidade, que ali tem uma fonte de inspiração e de visão do futuro.

Inserida no Programa Aveiro Digital, a Área de Intervenção 8, respeitante à informação, cultura e lazer, na qual se insere o Egas Moniz Digital, tem como finalidade “digitalizar e preservar o património cultural da região”, afirmou a Administradora Executiva do Programa Aveiro Digital, Lusitana Fonseca.

Notícias de Peniche

Festa do Pinhal, em Peniche, junta centenas de militantes na comemoração do 33º aniversário do PSD

A tradicional festa do Pinhal, numa organização conjunta do PSD e JSD de Peniche, realizou-se este domingo, dia 6 de Maio, e contou com a adesão de inúmeros militantes e simpatizantes do PSD.

Paulo Rodrigues, vereador da Câmara Municipal de Peniche e presidente da Secção do PSD local, na sua intervenção manifestou a satisfação pelo sucesso desta iniciativa de convívio e comemoração do 33º aniversário da fundação do Partido Social Democrata. Aproveitou a oportunidade para fazer um balanço crítico da actuação da maioria comunista na Câmara de Peniche, referindo-se nomeadamente à falta de estratégias de desenvolvimento para o concelho e à inércia dos comunistas face a dossiers fundamentais para Peniche, como sejam o anunciado encerramento do serviço de urgência do hospital e a incapacidade de atracção de novos investimentos turísticos de qualidade para o concelho.

O presidente da comissão política distrital de Leiria do PSD, Fernando Ribeiro Marques, enalteceu a organização e dinâmica do PSD e JSD locais, que num curto espaço de tempo já realizaram várias iniciativas de relevo e com a especial preocupação de afirmar o PSD como alternativa credível à actual gestão comunista na câmara de Peniche. O autarca de Ansião reafirmou o empenhamento do PSD distrital no apoio à população de Peniche na questão do encerramento do serviço de urgência do hospital de Peniche, classificando esta medida do governo socialista como um acto avulso e sem qualquer fundamento técnico.

Encerrou as intervenções nesta festa do PSD, o primeiro vice-presidente da direcção nacional do PSD, Azevedo Soares, que referiu-se aos fundadores do PSD e aos valores que unem os social democratas em Portugal. Mostrou a sua plena confiança no rumo de credibilidade que o presidente do PSD tem imprimido na vida pública nacional e apelou à mobilização dos militantes e simpatizantes no sentido de não se resignarem perante as dificuldades, mesmo quando temos no país um governo centralista e que faz da propaganda a sua maior prioridade, quando cada vez mais portugueses conhecem o desemprego e as empresas embrenham-se em dificuldades. Azevedo Soares recordou que a tradição dos comunistas em Portugal e nas autarquias é uma permanente atitude de oposição à modernidade e desenvolvimento das regiões. Pelo contrário, inconformismo e o bem-estar das pessoas constituem a matriz que sempre



caracterizou o PSD desde a sua fundação pelo saudoso Francisco Sá Carneiro.

Pedro Rodrigues, recém-eleito presidente da JSD nacional e muitos outros dirigentes distritais da JSD e PSD também se associaram à festa do PSD em Peniche.- CPD/PSD Leiria e CPS/Peniche

JSD Montijo organizou conferência “És Tu Quem Decide!”

No âmbito do trabalho de formação e informação com os jovens do seu Concelho, no passado dia 26 de Abril a JSD Montijo organizou conjuntamente com a Associação de Estudantes da Escola Secundária Jorge Peixinho, do Montijo, a Conferência sobre Educação – “És Tu Quem Decide!!”.

A Conferência que contou com a presença de 18 oradores, distribuídos por quatro painéis de formação juntou aproximadamente duas centenas de participantes durante o dia, entre eles, alunos e professores.

Durante a manhã, com a moderação do Dr. Pedro Ruas (Gabinete Desenvolvimento Associativismo e Cidadania – GDAC) dois painéis foram apresentados: o da Medicina à Engenharia e o da Arquitectura ao Jornalismo.

Dez oradores, exemplos de casos de sucesso nas suas áreas profissionais (Medicina, Enfermagem, Psicologia, Relações Públicas e Publicidade, Engenharia, Arquitectura, Direito, Educação, Jornalismo, e Economia), testemunharam a sua experiência alertando os alunos para as dificuldades que poderão vir a encontrar ao longo dos anos que se aproximam, agora que estão prestes a entrar numa importante fase da sua vida académica, pelo que todos os conhecimentos transmitidos, a sua experiência e sucesso na área onde exercem a sua profissão são importantes para o alargar dos horizontes da sua formação.

Ao início da tarde realizou-se uma mesa redonda onde o Estado da Educação no Concelho do Montijo foi alvo de análise, alguns problemas foram colocados em discussão e debatidos pelos presentes, bem como formas de tentar solucionar os mesmos. A mesa foi composta pelo moderador, Dr. José Mata Justo, o Prof. António Castel-Branco – Presidente do Conselho Executivo da Escola Jorge Peixinho, Prof. João Martins – Presidente da Escola Profissional do Montijo, Professora Clementina – Vice Presidente do Agrupamento de Escolas do Montijo, Prof. Humberto Bação e a Professora Marta Alves – Centro de Formação de Professores da Associação das Escolas do Concelho do Montijo.

No último painel da Conferência – O Processo de Bolonha em Portugal, os Professores Miguel Mourato – Secretário do Conselho Directivo do Instituto Superior de

Agronomia e José Francisco Pavia, da Universidade Lusíada de Lisboa, apresentaram casos da implementação do Processo de Bolonha em Portugal a nível das suas Universidades.

Debateram-se ainda algumas questões do Ensino Superior salientando, as perspectivas que os jovens poderiam ter ao concorrerem ao Ensino Superior; se as Universidades e Instituições Politécnicas possuem nesta altura as condições necessárias para receberem os novos Estudantes com novo modelo de ensino. Conclui-se no final deste Painel que ainda existe um grande distanciamento entre as Universidades e a informação que as mesmas poderiam enviar para as Escolas Secundárias com o objectivo de informar melhor os alunos sobre os cursos existentes e quais os currículos dos mesmos.

No encerramento da Conferência, Jorge Tavares Presidente da JSD Montijo aproveitou para agradecer



aos oradores, alunos e professores a sua presença, bem como agradecer à Escola a disponibilidade demonstrada para a realização da mesma.

Sem dúvida ainda existem Escolas que se preocupam com o futuro dos seus Alunos, ajudando-os na escolha do seu caminho profissional, formando-os e informando-os. Com estas condições iremos, sem dúvida

ser capazes de exercer as suas funções com maior competência, maior dedicação e disponibilidade.

A JSD Montijo quer ajudar na construção desse caminho! É para isso que trabalha diariamente, para ajudar os jovens do seu Concelho a decidirem em consciência.

– JSD/Montijo

Notícias de Vila do Conde

Visita de Deputados do PSD a Vila do Conde

No passado dia 16 de Abril, o grupo de Deputados do PSD, eleitos pelo círculo do Porto, visitou o concelho de Vila do Conde.

O grupo, que contou com a presença dos Deputados Agostinho Branquinho, Jorge Costa, Pedro Duarte, Miguel Santos e Pignatelli Queiroz, acompanhado por elementos do PSD local, nomeadamente pelo Presidente da Concelhia, Pedro Brás Marques, iniciou o périplo fora do concelho, mais especificamente na Zona Industrial da Varziela, onde pôde constatar o estado de desorganização do que é comumente apelidado de Chinatown de Vila do Conde. Foram recebidos pelo líder local Y Ping Chow, que explicou as dificuldades e ansios da

comunidade de centenas de pessoas que ali reside. A visita prosseguiu então até à martirizada Ponte D. Zameiro, que aguarda há anos por uma intervenção de requalificação urgente, cujo adiamento não se compreende.

Avançando para a sede do Concelho, o grupo pôde comprovar o facto de que os esgotos da cidade se encontram a desaguar directamente no rio, caso que serviu para recordar as praias interditas no Verão de 2006 e a vergonhosa ausência de Bandeiras Azuis nos 16 quilómetros de costa em Vila do Conde, sem esquecer a acção posta contra Portugal pela Comissão Europeia no Tribunal das Comunidades, por incumprimento no tratamento de dejectos, e que tem esta cidade como exemplo europeu de más práticas.

Finalmente, teve lugar uma visita ao Centro de Saúde de Vila do Conde,

onde foram escutadas as queixas do corpo dirigente, que vão desde as próprias condições físicas do edifício (recentemente inaugurado) até à chocante falta de recursos humanos que deixam, actualmente, 16.500 vila-condenses sem médico de família.

Pelas 18h30, na sequência de uma prática já habitual da Comissão Política Distrital do Porto, reuniu-se este órgão na Sede Concelhia e no jantar e posterior reunião, concentrou-se a Comissão Política Alargada. As intervenções estiveram a cabo de Marco António Costa, presidente da Mesa da Assembleia Distrital, Agostinho Branquinho, presidente da Distrital e de Pedro Brás Marques, Presidente da Concelhia de Vila do Conde.

– CPD/Porto

Notícias do Porto

Porto Sinfónico com Orquestra Mexicana

O Pelouro da Habitação e Acção Social da Câmara Municipal do Porto retomou, na sexta e sábado passados, o Ciclo Porto Sinfónico com a actuação da Orquestra de Câmara de Xalapa (México). O espectáculo realizado no âmbito do projecto de integração social “Porto, Bairro a Bairro”, é direccionado, em primeira instância, para os moradores dos bairros sociais da cidade.

Após a actuação da Sinfonietta - Orquestra Sinfónica da ESMAE e das Bandas Sinfónicas da GNR e da PSP, em 2005, o Ciclo Porto Sinfónico, dedicado à apresentação de reportório musical para orquestra, prossegue agora com um concerto da prestigiada Orquestra de Câmara de Xalapa (México), sob a direcção de uma das mais destacadas figuras musicais do México, o maestro Jose Luis Chan Sabido.

A Orquestra, que inicia no Porto a sua digressão pela Europa, incluirá no seu reportório peças de nacionalidade do país de actuação. Assim, nos concertos do Porto, será tocada uma peça musical do compositor português Rui Soares da Costa, adaptada da obra literária Folhas Caídas de Almeida Garrett. As peças serão interpretadas pela solista convidada, a soprano Carla Caramujo.

Os concertos tiveram lugar no dia 4 de Maio, sexta-feira, no Auditório de Paranhos (Junta de Freguesia), e no dia 5 de Maio, sábado, no Auditório de Aldoar (Centro Paroquial), ambos às 21h30, com entrada é livre.

CMP e AEP assinam protocolo para inclusão social de pessoas com deficiência

A Câmara Municipal do Porto, representada pelo Vereador do Pelouro das Actividades Económicas, Protecção Civil e Recursos Humanos, Manuel Sampaio Pimentel, o Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência, João Cottim Oliveira, e a Associação Empresarial de Portugal (AEP) assinaram um protocolo de cooperação para a realização de acções conjuntas que contribuam para a mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos da sociedade em relação às pessoas com deficiência.

O objectivo é mobilizar esforços para alertar a sociedade para as reais capacidades e potencialidades dos deficientes, garantindo a sua participação e integração na vida social, económica e cultural das comunidades onde estão inseridas.

Nesse sentido, as entidades comprometem-se a desenvolver, apoiar e dinamizar actividades de sensibilização, informação e



participação em acções de formação profissional para pessoas com deficiência, contribuindo para assim para uma política de inclusão social em todas as áreas, uma das principais prioridades do actual executivo municipal.

Assim sendo, e no que diz respeito à formação profissional, a AEP irá fixar um quota de duas vagas por cada vinte formandos nos cursos promovidos por aquela entidade, que deverão ser preenchidas por cidadãos com deficiência indicados pelo Provedor Municipal.

A colaboração e actividades abrangidas pelo referido protocolo, que terá uma duração de dois anos, automaticamente renovável por igual período, serão definidas anualmente pelas duas entidades através de um plano de acção conjunto.

Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer divulga iniciativas para Maio

O Pelouro da Cultura, Turismo e Lazer divulgou, como habitualmente, as iniciativas para o mês de Maio promovidas pelos vários serviços municipais.

Os “Passeios de Primavera” continuam a marcar presença na programação deste mês. A cargo de Hélder Pacheco e Júlio Couto e com partida marcada para as 10h dos dias 12 e 26, estes passeios constituem uma excelente oportunidade para conhecer melhor as freguesias de Nevogilde, Bonfim, Foz do Douro e Cedofeita.

Também na Biblioteca Municipal de Almeida Garrett (BMAG) está patente até ao dia 19 de Maio, a exposição de ilustrações de Cristina Valadas sobre a obra de Luísa Dacosta “No Sonho, a Liberdade”. O Teatro de Fantoques, a partir de duas peças de Luísa Dacosta, “O freguês caloteiro” e “Os dez anõesinhos da tia verde água” terá lugar todas as sextas-feiras, às 15 horas, na BMAG.

Estas peças têm como público-alvo crianças dos 4 aos 12 anos, com participação gratuita apenas sujeita a inscrição prévia.

Ainda, no âmbito das Comemorações do 80º aniversário de Luísa Dacosta terá lugar, no dia 7 de Maio, um encontro com a escritora infanto-juvenil na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

A Galeria do Palácio acolhe, desde 4 de Maio, a exposição “XXII Anos de Prémios de Castela e Leão” que reunirá mais de 120 obras do domínio das Artes Plásticas distinguidas nos últimos 22 anos.

O Dia Internacional dos Museus, 18 de Maio, será assinalado com visitas guiadas à Casa do Infante e ao Museu Romântico.

Pelouro dos Recursos Humanos apresentou Balanço Social Comparado (2005/2006)

O Vereador dos Recursos Humanos, Manuel Sampaio Pimentel, apresentou o Balanço Social Comparado entre os anos de 2005 e 2006, de que se destaca uma quebra de 6,4% na taxa de absentismo, o que significa que no ano passado, em termos absolutos, houve menos 8599,5 dias de faltas.

As descidas mais significativas corresponderam às ausências injustificadas (88,9%) e a motivos relacionados com a maternidade/paternidade (25,5%), acidentes em serviço (24,6%) e actividade sindical (28,2%). Por outro lado, as subidas mais significativas ocorreram por motivos não imputáveis ao colaborador, doença profissional, nascimento e perda de vencimento.

O número médio de dias de ausência por funcionário, em 2006, excluindo as ausências decorrentes das férias, foi de 24 dias, o que representou um decréscimo de 6% comparativamente ao ano anterior.

Se se excluírem as ausências por

férias e por frequência de acções de formação – que, na sua totalidade, registaram um aumento substancial na ordem dos 105% – o número médio de dias de ausência foi de 23 em 2006, o que corresponde a uma diminuição de 5,1% relativamente a 2005, cujo número médio de dias foi de 24.

Direitos adquiridos devem ser ponto de partida e não ponto de abrigo

No que respeita aos direitos adquiridos, o Vereador, que se encontrava acompanhado pela Directora Municipal dos Recursos Humanos, Norberta Lima, e pela Directora de Departamento, Cristina Douteiro, sustentou que os mesmos deveriam ser «o resultado do empenho, do trabalho e do mérito dos trabalhadores e não constituírem uma herança para ninguém, antes uma conquista merecida por parte de quem efectivamente trabalha».

«Quanto mais direitos adquiridos indevidamente se herdarem, mais se hipoteca o futuro das gerações vindouras», afirmou, acrescentando: «Um país que precisa desesperadamente de aumentar os seus índices de produtividade tem nos direitos adquiridos não um ponto de partida rumo à excelência, mas um porto de abrigo à indolência, ao laxismo e à mediocridade», afirmou.

Número de colaboradores baixou 4,2 por cento

O decréscimo de 4,2% no número de colaboradores da autarquia, a que correspondeu uma diminuição, em 2006, de 148 funcionários, foi outro dos aspectos salientados por Sampaio Pimentel.

Destes 148, 117 pertenciam ao quadro da CMP, tendo nesse período entrado 35 novos funcionários. Ou seja, por cada um que entrou, saíram 3,34, um resultado mais positivo do que a meta, já de si ambiciosa, anunciada pelo Governo para a administração pública e que apontava para duas saídas por cada entrada.

Acresce o facto de as admissões terem abrangido funcionários com um grau de qualificação mais elevado, comparativamente com os que saíram.

O Vereador dos Recursos Humanos congratulou-se, igualmente, com a redução conseguida na despesa com o pessoal na ordem dos 13,6% (7.667.188 euros), para o que – na sua óptica – muito contribuiu a reorganização dos horários e a diminuição do trabalho extraordinário e em dia de descanso.

– CM Porto



ALBUFEIRA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD de Albufeira, para reunir no dia 24 de Maio de 2007, pelas 21h00, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional, regional e local;
- 2 – Apresentação das actividades desenvolvidas e a desenvolver pela Comissão Política de Secção e outras informações;
- 3 – Assuntos de interesse geral.

AVEIRO

Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 50º dos Estatutos Nacionais do PSD e no artigo 3º do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Aveiro, para reunir no próximo dia 8 de Junho de 2007, (sexta-feira), a partir das 18h00, na sede concelhia do PSD, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política da Secção de Aveiro.

Nota: As urnas estarão abertas, no dia da eleição, entre as 18h00 e as 22h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (terça-feira, dia 5 de Junho), encontrando-se a Sede Concelhia aberta para o efeito entre as 22h00 e as 24h00.

AZAMBUJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Azambuja para reunir no próximo dia 18 de Maio (sexta-feira), no Auditório do Páteo Valverde, em Azambuja, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política
2. Informações

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD/Guarda a reunir no próximo dia 22 de Maio de 2007, pelas 21h00, na Nova da Sede do PSD situada na Rua Marquês de Pombal, n.º 49 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária.
2. Informações.

MATOSINHOS

Ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos a reunir ordinariamente no próximo dia 1 de Junho de 2007, às 21h00, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação Político-partidária.

MURTOSA

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário dos militantes da Secção da Murtosa, para reunir no próximo dia 25 de Maio de 2007, sexta-feira, pelas 21h00, na Galeria Municipal, sedeadada no edifício Municipal da Torreira (onde funciona a Junta de Freguesia da Torreira), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação Político-partidária;
2. Assuntos de interesse para o partido;

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número legal de militantes, para que possa reunir em 1º convocatória, o plenário funcionará 30 minutos depois, com o número de militantes presentes.

NAZARÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral para os órgãos Distritais e Locais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré, para reunir no dia 15 de Junho de 2007, pelas 19h00 na sede do Partido sita na Rua Adrião Batalha, n.º 144 na Nazaré, (actualmente sita na Rua Sub Vila – Edifício Gameiro – Nazaré), com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção

Nota: As urnas estarão abertas entre as 19h00 e as 21h00.

A apresentação das candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na Rua Sub Vila – Edifício Gameiro – Nazaré, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua.

NÚCLEO DO ALTO DO CONCELHO (Medas, Melres e Lomba) CPS GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo Residencial do Alto do Concelho (Medas, Melres e Lomba), para reunir no próximo dia 30 de

Junho de 2007, sábado, entre as 14h00 e as 18h00, na sede concelhia do PSD de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da CPS, na Sede Concelhia de Gondomar.

NÚCLEO CENTRAL DE GONDOMAR (Jovim, Covêlo e Foz de Sousa) CPS GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo Central de Gondomar (Jovim, Covêlo e Foz de Sousa), para reunir no próximo dia 30 de Junho de 2007, sábado, entre as 14h00 e as 18h00, na sede concelhia do PSD de Gondomar, sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 31, em Gondomar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da CPS, na Sede Concelhia de Gondomar.

Núcleo de Freixianda (CPS Ourém)

Ao abrigo dos estatutos nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia Eleitoral do Núcleo de Freixianda, para reunir no próximo dia 9 de Junho de 2007, sábado, entre as 20 e as 22 horas, na sede do Núcleo do PSD de Freixianda, sito no Centro Comercial, Loja 16, em Freixianda, com a seguinte

Ordem do Dia:

Ponto Único - ELEIÇÃO DA COMISSÃO POLÍTICA DO NÚCLEO

Nota:

- As candidaturas deverão ser apresentadas, nos termos legais, na sede do Núcleo de Freixianda, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- Apenas poderão exercer o direito de voto os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao da eleição e que, à data da eleição, estejam inscritos no Partido há, pelo menos, seis meses.

OVAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o plenário da Secção de Ovar para uma sessão ordinária, a realizar no próximo dia 1 de Junho de 2007 (sexta-feira). Às 21h30, na sede concelhia, sita na Rua Ferreira de Castro, 84 – 1º Esq, em Ovar, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

RIO DE MOUROS

De acordo com o disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Rio de mouros, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 21 de Maio de 2007, pelas 21h00, na sede do PSD de Rio de Mouro, sita na Rua das Malvas, n.º 10 lj. Sup. Esq., na Rinchoa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apreciação e votação de contas;
3. Análise da situação política.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no dia 1 de Junho de 2007, pelas 21h00, na sede da Secção, situada na Av. Paulo VI, lote 101 – 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Plano Trimestral de Actividades;
3. Aprovação do relatório de contas;
4. Análise da situação política.

SABROSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia de Secção de Sabrosa para reunir no dia 9 de Junho de 2007 (sábado), a partir das 14h30, no Auditório Municipal, sito em Sabrosa, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único:

Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no Bairro João Paulo II, n.º 20, em Sabrosa, entre as 21h30 e as 24h00.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 17h00.

Em qualquer acto eleitoral, apenas constam do respectivo caderno eleitoral os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo dia anterior ao acto eleitoral.

SECÇÃO I - CPD Lisboa AM

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 71º dos Estatutos e do n.º 2 do artigo 15º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes do PSD da Secção I de Lisboa, para reunir no dia 13 de Julho de 2007 (sexta-feira), das 19h00 às



23h00, na sede Distrital, sita à Rua da Junqueira, n.º 209, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 19h00 às 23h00.

As listas candidatas devem ser entregues na sede Distrital até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, dia 10 de Julho (terça-feira)

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, nos termos previstos nos Estatutos Nacionais e do Regulamento Interno, para uma Assembleia Ordinária, a realizar no dia 15 de Junho de 2007, pelas 21h00, no Hotel Viana Sol, em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a concelhia do PSD de Vila Nova da Barquinha, para reunir no próximo dia 18 de Maio de 2007, pelas 20H30 horas, na R. Vasco da Gama, n.º 6, em V.N. Barquinha, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Análise da Situação Política



ALBERGARIA – A – VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Albergaria – a – Velha da JSD, para reunir no dia 15 de Junho de 2007, pelas 21 horas no Auditório das Piscinas Municipais de Albergaria – a – Velha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Eleição da Comissão Política de Secção;
- 2 – Eleição da Mesa do Plenário de Militantes.

Nota:

As urnas estarão abertas pelo período de 2 horas;

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção

(João Pedro)

CONSELHO DISTRITAL DA JSD/ALGARVE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD/Algarve, para reunir no próximo dia 8 de Junho de 2007 (6.ª feira), pelas 21h30, na Sede do PSD/Algarve, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, n.º 1, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Informações diversas;

Ponto 2 – Análise da situação política;

Ponto 3 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital

(Bruno de Azevedo Lage)

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Faro para reunir em sessão ordinária no dia 1 de Junho de 2007, pelas 21h 30, na Sede de PSD, sita na Rua Vasco da Gama, n.º 54 – 1.º Dtº, em Faro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Leitura e aprovação da acta da reunião anterior;

Ponto 2 – Informações Diversas;

Ponto 3 – Balanço do primeiro ano de mandato da JSD/Faro;

Ponto 4 – Análise da Situação Política;

Ponto 5 – Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário JSD/Faro

(João Tiago Cabrita Louzeiro)

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção da JSD – Lousada, para reunir no próximo dia 9 de Junho de 2007, pelas 15 horas, na Sede Concelhia do PSD Lousada, sita na Travessa de Sebastião, em Lousada, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Secção;

2 – Eleição da Mesa do Plenário de Secção;

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 15 horas e as 19h30.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede Concelhia da PSD Lousada, sita na Travessa de Sebastião, em Lousada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa

(António Filipe Cardoso Barbosa)

NÚCLEO DA SÉ – PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário do Núcleo da Sé, para reunir no próximo

dia 9 de Junho de 2007, pelas 21 horas, na Sede Concelhia da JSD do Porto, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Comissão Política de Núcleo;

2 – Eleição da Mesa Plenário de Núcleo.

Nota:

As urnas estarão abertas entre as 21 horas e as 23 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário da Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, na Sede da Secção Concelhia da JSD, sita na morada supra citada, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O Presidente da Mesa

(Filipe Araújo)

Errata

Vimos por este meio informar que as convocatórias para as eleições dos conselheiros distritais da JSD/Porto, tinham um erro de digitação, onde se lê mês 5 na data de realização, deve ler-se mês 6 como aprovado no Conselho Distrital e consta em acta desse mesmo Conselho Distrital.